

UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**Os desafios da preservação e conservação do património  
histórico-documental da Guiné-Bissau**

**IAGUBA DJALÓ**

**Lisboa, 2020**

**Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares**

**Os desafios da preservação e conservação do património  
histórico-documental da Guiné-Bissau**

**Iaguba Djaló**

**Dissertação apresentada para obtenção de Grau de Mestre em  
Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares**

Orientadora: Professora Glória Maria Lourenço Bastos

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me deu força, claro que sem Ele, muitas coisas em minha vida não seriam possíveis de acontecer, inclusive, a realização deste trabalho.

Com apreço, à Professora Doutora Glória Bastos, por me ter acompanhado e encorajado a enfrentar este desafio e aceitar a orientar-me neste trabalho, contribuindo, assim, para que este percurso pudesse ser terminado com êxito. Suas críticas e sugestões foram determinantes para a escolha deste tema tendo facilitado a elaboração desta pesquisa. A todos e todas professores(as) do **curso de Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares**, por tudo o que foi aprendido neste curso.

Aos meus filhos; Suleimane, Aladje Adulai, Alfa Umara, Mamadu Aliu, filhas; Fatumata Binta, Carimato e a esposa Aissatu F. Djalo, pelo tanto que os amo, pelo afecto, pelo estímulo e pelo permanente apoio às minhas realizações e aturaram minhas inquietudes e angústias e sempre me acompanharam nesta viagem.

Deus me deu a graça de ter família maravilhosa, a todos eles agradeço pela paciência e encorajamento, pois em determinados momentos passava pela minha cabeça a ideia de desistência, porque era difícil aguentar a barra em condições adversas de um estudante com minha idade, conjugado com as responsabilidades que pendem sobre meus ombros.

A minha mãe, que hoje vive com seus 114 anos de vida, quero deixar registrado aqui que tudo isso foi possível por causa dela. Os primeiros momentos da minha vida escolar, o ambiente era desfavorável à continuação de estudos, até dava vontade de desistir. Mas, sempre com muita dedicação e determinação, procurei fazer dos estudos um meio de ascensão cultural e pessoal, enquanto muitos colegas da minha idade ficaram pelo caminho, resolveram abandonar a vida escolar para ajudar a família nos trabalhos agrícolas.

Aos amigos Professores Mamadu Jao, Mamadu Lamarana Bari, Tchernô Djalo e tantos outros... Colegas de trabalho. Agradeço a cada um, certamente esqueci-me de alguns nomes que acompanharam de perto e de longe essa aventura, mas desde já peço que compreendam, pois foi um momento de muita emoção.

## **RESUMO**

Na Guiné-Bissau, a presença colonial Portuguesa e de vários grupos sociais que durante vários séculos habitaram este país, deixaram imenso património cultural como expressão de sua tradição cultural e identidade, cujos valores marcaram sobremaneira a história política, económica, social e cultural do país. Os desafios da conservação e preservação de acervos e coleções documentais resultantes de legados históricos (testemunhos orais e escritos) deixados pelas civilizações antes da colonização portuguesa e acervos herdados do regime colonial, passando pelos documentos de diferentes suportes, ligados à história de luta de libertação nacional narrados pelos seus atores e testemunhas, até aos documentos produzidos no período pós-independência, constituem o foco deste estudo.

O objetivo central da investigação é analisar o estado do património documental na Guiné-Bissau e gerar informações que possam subsidiar ações que contribuam para sua devida conservação e preservação. A pesquisa permitiu a identificação de condições das infraestruturas documentais (depósitos de arquivos, repositórios, museus e bibliotecas), meio ambiente, mobiliários e a vulnerabilidade dos acervos. Para a realização desse estudo, foi utilizada a metodologia baseada na pesquisa bibliográfica para o levantamento e análise dos dados, foram realizadas visitas aos locais e entrevistas informais com funcionários das unidades documentais e, por fim, procedeu-se a uma análise dos dados para fundamentação dos conceitos acerca do tema.

Os resultados obtidos revelam as deficientes condições em que os espólios documentais se encontram atualmente, fruto sobretudo de múltiplas vicissitudes decorrentes das sucessivas crises sociais e políticas que o país tem enfrentado, exigindo decisões urgentes com vista a que o património ainda existente não desapareça irremediavelmente.

**Palavras-chave:** Património cultural; Conservação; Preservação; Património documental; Bibliotecas e Arquivos.

## **ABSTRACT**

In Guinea-Bissau, the Portuguese colonial presence and several social groups that inhabited this country for several centuries, left immense cultural heritage as an expression of its cultural tradition and identity whose values marked the country's political, economic, social and cultural history. The challenges of conservation and preservation of collections and documentary collections arising from historical legacies (oral and written testimonies) left by civilizations prior to Portuguese colonization and collections inherited from the colonial regime, passing through documents of various supports, linked to the history of national liberation struggles narrated by their actors and witnesses, even documents produced in the post-independence period, are the focus of this study.

The objective of the investigation is to examine and diagnose the state of documentary heritage in Guinea-Bissau and generate information that can support actions that contribute to its adequate conservation and preservation. The research allowed identifying the conditions of the documentary infrastructures (deposits of archives, repositories, museums and libraries), environment, furniture and the vulnerability of the collections. To carry out this study, a methodology based on bibliographic research was used to survey and analyze the data, visits were made to the sites and informal interviews with employees of the documentary units and, finally, an analysis of the data was carried out to substantiate concepts on the topic.

The results obtained reveal the deficient conditions in which historical documents are currently found, mainly as a result of multiple vicissitudes resulting from the successive social and political crises that the country has faced, requiring urgent decisions in order that the still existing heritage does not disappear irrevocably.

**Keywords:** Cultural heritage, Conservation; Preservation; Documentary heritage; Libraries and Archives

## **ÍNDICE**

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>III</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>IV</b>
<b>ÍNDICE</b> .....	<b>VI</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>IX</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	<b>X</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
PERTINÊNCIA DO TEMA E OBJETIVOS DO TRABALHO .....	3
RELEVÂNCIA DO TEMA NO CONTEXTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA NACIONAL E ARQUIVOS HISTÓRICOS DO INEP 7	
METODOLOGIA .....	8
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	9
<b>1. PATRIMÓNIO CULTURAL: BREVE PERSPETIVA HISTÓRICA E CONCEPTUAL</b> .....	<b>12</b>
1.1. PATRIMÓNIOS CULTURAIS E SUAS VÁRIAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO .....	13
<b>2. PATRIMÓNIO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: DEFINIÇÃO E CONCEITOS</b> .....	<b>17</b>
2.1. CONSERVAÇÃO .....	17
2.2. PRESERVAÇÃO.....	18
2.3. PATRIMÓNIO .....	19
<b>3. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: ANALOGIAS E METÁFORAS</b> .....	<b>22</b>
<b>4. O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL: CONTEXTO, DESAFIOS E TRAJETÓRIAS</b> .....	<b>26</b>
<b>4.1 UM OLHAR CRUZADO ENTRE A TRADIÇÃO ORAL E A LITERATURA COLONIAL</b> .....	<b>29</b>
4.1.1 <i>Tradição Oral: desafios identitários e construção seletiva da memória coletiva</i> .....	31
4.1.2 <i>A coleta e valorização das fontes de testemunhos orais</i> .....	35
<b>4.2 A GÉNESE DA LITERATURA COLONIAL: BASE EPISTEMOLÓGICA DA FORMAÇÃO DE COLEÇÕES E ACERVOS DOCUMENTAIS</b> .....	<b>40</b>

4.3	O TRIÂNGULO MUSEU, BIBLIOTECA E ARQUIVOS COLONIAIS: INÍCIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLONIAL .....	44
<b>5.</b>	<b>O PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA, DE 1973 A 1980: DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO-NAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
5.1	OBRAS DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL FACE AOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA.....	50
5.2	NOVOS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DA COESÃO SOCIAL E A IDENTIDADE NACIONAL: A BUSCA DE UM CONCEITO DE ESTADO-NAÇÃO.....	53
5.3	ERA PRECISO LIVRAR-SE DE VESTÍGIOS COLONIAIS?.....	54
<b>6.</b>	<b>UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL: ENSAIOS, TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS.....</b>	<b>56</b>
6.1	PRIMEIRO PERÍODO - POLÍTICA COLONIAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO, DE 1946-1973: ENTRE PATRIMONIALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO MEMORIAL.....	58
6.2	SEGUNDO PERÍODO - A DÉCADA DE INDEPENDÊNCIA DE 1973-1980: UM GENUÍNO INTERESSE PELA CULTURA, PRELÚDIO DAS POLÍTICAS CULTURAIS?.....	60
6.3	TERCEIRO PERÍODO - A DÉCADA DE 80: AS TÍMIDAS TENTATIVAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL.....	65
6.4	QUARTO PERÍODO - DOS ANOS DE 1990 À ATUALIDADE: PRENÚNCIO DE UMA POLÍTICA CULTURAL EM RECUO?.....	67
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ACERVOS E COLEÇÕES DOCUMENTAIS CONSTITUINTES DA MEMÓRIA NACIONAL.....</b>	<b>70</b>
7.1.	A TRAJETÓRIA DAS COLEÇÕES E ACERVOS HISTÓRICOS DOCUMENTAIS.....	71
7.2.	A LÓGICA PATRIMONIAL DA CRIAÇÃO DOS ARQUIVOS HISTÓRICOS E A BIBLIOTECA PÚBLICA SOB A TUTELA DO INEP: DO SONHO AO PESADELO .....	74
7.2.1.	<i>Arquivos Históricos .....</i>	<i>77</i>
7.2.2.	<i>A Biblioteca Pública do INEP.....</i>	<i>84</i>
7.2.2.1.	<i>Coleção e sua organização.....</i>	<i>86</i>
7.2.3.	<i>Análise da legislação sobre Depósito Legal .....</i>	<i>90</i>
7.3.	OUTRAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA: UM TESOURO (PERDIDO?).....	91
7.3.1.	<i>Acervos da História de Luta de Libertação Nacional instalados na fortaleza da Amura .....</i>	<i>92</i>
7.3.2.	<i>Arquivo sonoro da Rádio Libertação sob a guarda da Rádio de Difusão Nacional</i>	<i>93</i>
7.3.3.	<i>Arquivo e a Biblioteca do PAIGC (Arquivo de Amílcar Cabral).....</i>	<i>93</i>
	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>95</b>

**BIBLIOGRAFIA ..... 98**

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

FIGURA 1: MAPA CONCEITUAL - TIPOS DE PATRIMÓNIO-----	15
FIGURA 2: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS-----	24

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: DADOS RELATIVOS AOS DIFERENTES SUPORTES DAS FONTES ORAIS	39
---	----

## **ÍNDICE DE IMAGENS**

IMAGEM 1: MUSEU DA GUINÉ-PORTUGUESA, NA PRAÇA DO IMPÉRIO	47
IMAGEM 2: DOCUMENTOS SOLTOS EMBRULHADOS EM DETERIORAÇÃO	80
IMAGEM 3: ALTA PERCENTAGEM DE DOCUMENTOS ACUMULADOS SEM ORGANIZAÇÃO	80
IMAGEM 4: NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS	81
IMAGEM 5: DESTRUIÇÃO DA BIBLIOTECA DURANTE O CONFLITO POLÍTICO-MILITAR 1998/1999	87
IMAGEM 6: A FASE DE RECONSTITUIÇÃO E PRESERVAÇÃO DAS COLEÇÕES	88

## **ÍNDICE DE DIAGRAMAS**

DIAGRAMA 1: ESTRUTURA DO CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ-PORTUGUESA	46
DIAGRAMA 2: FRISO CRONOLÓGICO DE CONCEITOS E TRAJETÓRIAS DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL	58
DIAGRAMA 3: CARÁTER HÍBRIDO DA COLEÇÃO	89

## **ÍNDICE DE QUADROS**

TABELA 1: MUDANÇAS E OCORRÊNCIAS DE PRÁTICAS LESIVAS AOS PATRIMÓNIOS DOCUMENTAIS.	73
TABELA 2: DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO DOS ACERVOS DO AH.	82

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHN _____	Arquivos Históricos Nacionais
AMC	Associação Marítima Colonial
AOF	África Ocidental Francesa
BM -----	Banco Mundial
CEHC	Centro de Estudos da História Contemporânea
CONCP	Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional
FMI .-----	Fundo Monetário Internacional
MAC	Movimento Anticolonialista
MPLA -----	Movimento para a Libertação de Angola
FRELIMO .....	Frente para a Libertação de Moçambique
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INIC	Instituto de Investigação Científica
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência e Educação
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

Um povo que preserva sua história, sua memória e seus habitantes está possibilitando directamente a construção de um futuro para com sua gente e sua cultura. E por mais que estejamos em outro tempo (com a tecnologia de ponta, as novas Mídias, a internet, era digital, etc.), um povo se torna “rico” mantendo seus traços e requintes culturais dos seus antepassados, fazendo um encontro do velho com o novo, do erudito com o popular, do local/ regional com o nacional, da literatura com os causos regionalistas, do simples com o complexo.

[Joelson Ramalho Rolim](#)

## **INTRODUÇÃO**

A Guiné-Bissau é um país que fica geograficamente situado na costa ocidental da África, faz fronteira com o Senegal ao norte, a República da Guiné ao sul e Leste e com o oceano Atlântico a oeste. O território guineense abrange 36.125 quilómetros quadrados de área, com uma população estimada de 1,8 milhões de pessoas<sup>1</sup>.

No passado, o reino de Gabu (Mané, 1989, p. 17-30), também conhecido por trinómio: Kaabu (pronunciamento em dialeto Mandinga), Ngabou, (conotação Francófona de pronunciamento em dialeto Fula) e NGabu (conotação Portuguesa de pronunciamento em dialeto Fula), ocupava a região da Senegâmbia (centrado na zona leste da Guiné-Bissau estendendo-se à região de Casamança, no sul do Senegal). Fazia parte do império do Mali e sobreviveu até o século XVII. Uma parte do território da atual Guiné-Bissau estava sob domínio do império colonial Português desde o século XVI. Segundo Carlos Lopes (1988, p. 81), “Muitas vezes, é esquecido que, durante um longo período de tempo, da presença colonial nos rios do Sul (ou sul da Senegâmbia) existia uma estrutura política de grande escala, o reino de Kaabu”.

No século XIX, a região foi colonizada e passou a ser chamada Guiné-Portuguesa. Após a independência, declarada unilateralmente em 1973 e reconhecida em 1974, ao nome da sua capital, Bissau, foi adicionado o nome do país para evitar confusão com a vizinha Guiné (a antiga Guiné-Francesa).

Hoje, a Guiné-Bissau é um país multicultural, pluriétnico e plurilinguístico. Nela confluem culturas de matriz oral tradicional bantu e outras culturas de origem asiática, árabe e ocidental, resultantes de intercâmbios comerciais com estes povos e também da situação colonial. As culturas de matriz oral tradicional bantu predominam ainda no meio social e cultural dos povos deste país.

---

<sup>1</sup> Resultados definitivos do 3.º Recenseamento Geral da População e Habitação de 2009.

Ao longo de vários séculos, a presença colonial Portuguesa e os diferentes grupos étnicos e linguísticos que constituem a sociedade guineense produziram grandes variedades de patrimónios culturais e documentais como expressão da sua tradição cultural e identidade cujos valores marcaram sobremaneira, a história política, económica, social e cultural do país.

Porém, há um desafio enorme para que os bens materiais e imateriais que exprimem a experiência dos povos da Guiné-Bissau, produzidos e acumulados ao longo de décadas ou séculos, estejam em condições de serem identificados, recuperados, valorizados, preservados, conservados e difundidos, através de políticas públicas acompanhadas de ações de maior alcance com caráter perene, como forma de garantir o usufruto dos mesmos às gerações futuras.

Nessa condição, Stanger (s.d.) certamente tinha razão, quando diz na sua obra sobre memória, património e história: “Um povo que não guarda suas histórias, suas memórias, seu património, não sabe quem realmente é” (Stanger, p. 2).

A propósito, a frase do filósofo hispano-americano George Santayana, tornou-se uma espécie de *slogan* para o “dever da memória”, quando afirma que:

Those who cannot remember the past are condemned to repeat it. In the first stage of life the mind is frivolous and easily distracted; it misses progress by failing in consecutiveness and persistence. This is the condition of children and barbarians, in whom instinct has learned nothing from experience. In a second stage men are docile to events, plastic to new habits and suggestions, yet able to graft them on original instincts, which they thus bring to fuller satisfaction. This is the plane of manhood and true progress. Last comes a stage when retentiveness is exhausted and all that happens is at once forgotten; a vain, because unpractical, repetition of the past takes the place of plasticity and fertile readaptation. In a moving world readaptation is the price of longevity. (Santayana, 1905 [2005], p. 284, sublinhado nosso).

### *Pertinência do tema e objetivos do trabalho*

Da independência até à atualidade, a Guiné-Bissau tem passado por problemas conjunturais e estruturais causados por cíclicas instabilidades político-institucionais colocando em risco os esforços da construção e salvaguarda do património cultural. Conforme pode ser constatado ao longo dos tempos, estas instabilidades constantes criaram dificuldades à atuação em termo de políticas culturais relacionadas com a conservação e preservação dos acervos e coleções documentais. Daí a pertinência de discutir a questão do património documental, como assunto de atualidade com maior repercussão nos esforços para o desenvolvimento nacional.

É nessa preocupação que surge a escolha do tema desta dissertação, «Os desafios da preservação e conservação do património histórico-documental da Guiné-Bissau», como resultado das nossas observações profissionais sobre o estado de conservação das coleções e acervos documentais que constituem as heranças que se transformam em legado da sociedade guineense. Vários elementos justificam assim a escolha deste tema.

Em primeiro lugar, é baseado no nosso interesse pessoal de lidar com questões relacionadas com o futuro de patrimónios culturais, em geral e documental em particular. Em segundo lugar, uma vez verificado que as instituições do património documental pagaram alto preço face às graves crises sociais, político-militares e económicas intermitentes, ocorridas no país ao longo de várias décadas, tornou-se urgente refletir desde já sobre os meios necessários e estratégias a serem dotadas para garantir a proteção sustentável do património sob ameaça de desaparecimento.

As fragilidades institucionais, as discontinuidades administrativas decorrentes de sucessivas crises que assolaram o país, ocasionaram uma série de vandalismos, tráfico e agressões sobre coleções e acervos documentais, fazendo desaparecer várias bibliotecas e arquivos com documentos raros e únicos. No entanto, a preservação e proteção destes documentos, não sendo uma mera operação técnica, mas um conjunto de parâmetro e disposições legais, adoção de medidas e políticas

que visem determinar uma função ao património documental na vida coletiva, militam a favor da sua proteção.

Antes de aprofundar a discussão relacionada à proteção do património cultural, que inclui medidas e ações de âmbito geral, pretendemos abordar o assunto em questão a partir do parecer de Rodrigues e Almeida (2012), que em suas análises sobre a proteção de património cultural, propõem:

A elaboração de políticas normativas, planos e diretrizes diversas voltadas para o financiamento e a manutenção das instituições, prevendo e antecipando riscos e perigos pelos quais o acervo pode ser atingido e criar mecanismos para evitá-los são ações previstas dentro do amplo campo de atuação da preservação. (p. 691).

A principal preocupação subjacente a este estudo é convidar todos os atores, direta ou indiretamente envolvidos na organização, proteção, conservação e valorização de patrimónios documentais, a intervir com urgência, a fim de pôr cobro às ameaças que pendem sobre o património cultural e documental em risco de desaparecimento

Segundo conseguimos observar ao logo deste estudo, uma boa parte das coleções e acervos sob guarda destas entidades está submetida à condição de avançado grau de deterioração, e algumas das quais destruídas ou dispersas dentro e fora das fronteiras nacionais, cuja recuperação continua difícil.

Durante as visitas que efetuámos, com a finalidade de conhecer a real situação em que se encontram os acervos e condições de instalações das instituições (Arquivos, Bibliotecas e Museus), conseguimos constatar que os edifícios apresentam problemas estruturais que se qualificam de inapropriados para o armazenamento de documentos, o que coloca os acervos documentais perante várias ameaças: a humidade, a variação de temperaturas, a poeira, abandono, roubos, pilhagem e ação predatória humana. Alguns acervos são expostos à extinção e sujeitos aos agentes físicos e biológicos tais como: microrganismos, insetos, roedores, etc.

A ausência de medidas de proteção legal mostra o quanto o património documental está sujeito aos diversos fatores de risco que acarretam prejuízos ao próprio Estado,

uma vez que as informações contidas nos documentos constituem principais fontes da memória histórica do país.

Perante esse quadro negativo, pode dizer-se que desde o período pré-colonial até a atualidade muitos valores culturais e históricos foram sacrificados ou simplesmente votados ao esquecimento. O resgate dessa história é fundamental para o Estado guineense, não só sob o aspeto cultural como também pela sua função social. Mas, o que vale falar da história da sociedade guineense hoje, sem seus patrimónios culturais? Mesmo que a Constituição da República<sup>2</sup> estabelece em seu Art.º N.º 17, ponto 1 que:

É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e factor estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana.

A situação do património documental, sobre o qual se baseia este trabalho, surge da necessidade de se refletir sobre os problemas relacionados com a sua conservação, preservação e valorização, bem como recursos e instituições que podem ser envolvidas nas ações de salvaguarda do património documental. O estudo realizado poderá servir como subsídio para a adoção de políticas de preservação e conservação do património histórico-documental da Guiné-Bissau.

Surgem, então, algumas perguntas que importam considerar:

- Como e em que contexto surgiram os acervos documentais na Guiné-Bissau?
- Qual é a sua situação atual?
- Existem políticas para a preservação do património histórico-documental?
- Quais são as instituições envolvidas? Com que legislações?

---

<sup>2</sup> Acedido em: [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine\\_constituicao.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf). Acesso em 07 de Fev.2020

- Qual é a importância da preservação destes patrimónios para o país?

Essas seriam, portanto, as perguntas iniciais que precisam de ser respondidas durante a abordagem do tema, permitindo sair do empirismo e entrar na análise científica.

O objetivo principal do estudo é, portanto, analisar a situação que encontramos na Guiné-Bissau, com o propósito subsequente de provocar uma reflexão permitindo que a sociedade civil e os órgãos públicos possam desenvolver ações adequadas que fortaleçam a identificação, a valorização e a preservação da memória coletiva do país e trazer para o debate, questões relacionadas com o estado da degradação de centenas de milhares de documentos de diferentes suportes relativos ao país sob a forma original, gerados através de um processo de relação documento-história-memória visando o seu acesso.

Pretendeu-se limitar o estudo no período a partir do qual Portugal marcou a sua presença efetiva na Guiné. Não se pretende remontar de forma alguma ao período pré-colonial, nem tão pouco ao período pré-histórico que Raymond Mauny<sup>3</sup> chamou de «*os séculos obscuros da África Negra*»: provavelmente, período anterior a expansão marítima portuguesa pela África negra no século XV. Tempos carregados de narrativas orais e diversas formas de manifestações culturais deixados pelas civilizações antes da dominação europeia.

Por isso, o estudo tem como propósito apresentar e discutir a situação do património documental na Guiné-Bissau em termos de políticas, estratégias e ações que garantam a sua preservação e conservação, num período temporal que vai do período de ocupação colonial portuguesa que remonta do século XVII, até ao período pós-independência.

---

<sup>3</sup> Raymond Mauny (1912-1994) foi um historiador francês, especialista em pré-história e proto-história da África. Referimo-nos neste contexto à obra intitulada - *Les siècles obscurs de l'Afrique noire, histoire et archéologie*, Paris, 1970 (cf Treinen, 1972).

*Relevância do tema no contexto da Biblioteca Pública Nacional e Arquivos Históricos do INEP*

A pesquisa elegeu como campo empírico de estudo as duas instituições que representam maior parte da memória documental do país: A Biblioteca Pública e Arquivos Históricos sob a tutela do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). Estas duas instituições são teoricamente responsáveis pela proteção, preservação e conservação do património documental da Guiné-Bissau. Para realizar as suas missões institucionais, foram elaboradas legislações (a lei de depósito legal e a lei dos Arquivos Históricos) com instruções normativas, como parte das políticas públicas de organização e preservação da memória histórico-documental nacional.

Para falar da preservação do património documental, que diz respeito à herança produzida e recebida pela administração colonial e pós-independência, inevitavelmente teremos que centrar a nossa discussão em torno do papel desempenhado pelo Arquivo Histórico e a Biblioteca Pública Nacional no processo de construção e patrimonial da memória documental. Dito isto, uma das questões que norteiam esse estudo configura-se sobre a relevância dessas duas instituições consideradas epicentro de acervos e coleções documentais de carácter histórico na gestão, preservação e conservação do património documental nacional.

De qualquer forma, a nossa intenção será de refletir sobre o quadro atual da situação do património documental concentrado nas duas instituições. Nessa perspetiva, estaremos igualmente forçados a fazer referências à situação de alguns acervos patrimoniais dispersos, ou seja, geograficamente localizados em lugares diferentes.

Referimo-nos aos Arquivos de Amílcar Cabral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), Arquivo sonoro da Rádio Libertação sob guarda da Rádio de Difusão Nacional, alguns espólios ligados às Forças Armadas e Revolucionária do Povo sob alçada do Estado-Maior e tantos outros que continuam guardados de uma forma ou de outra em condições deploráveis.

### *Metodologia*

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, desenvolvemos fundamentalmente uma abordagem de análise bibliográfica e documental. Procedemos ainda a visitas ao terreno, que documentámos com algumas imagens, e efetuámos algumas entrevistas informais a intervenientes nos processos que descrevemos e analisamos. Procurou-se, desta forma, elaborar uma construção teórica acerca do tema, embora se reconheça que poucos são os trabalhos que tratam desta temática de modo aprofundado na Guiné-Bissau.

O estudo começa pela conceituação do património cultural e documental e sua articulação com a memória e tem como proposta trazer uma reflexão teórica sobre a importância da Preservação do Património Histórico e mostra quanto o assunto vem sendo discutido na UNESCO nas suas diferentes recomendações e convenções.

Na condução do estudo, houve o uso de diversas fontes de informação, incluindo observação participativa. É uma etapa do estudo que permitiu coletar informações necessárias à escrita da dissertação e, principalmente, assuntos relacionados com o tema. Para isso foi necessário consultar varias bibliografias inclusive a consulta de livros e revistas especializadas.

Para completar a pesquisa documental e o trabalho participativo, e como já mencionámos, foram realizadas conversas informais com alguns atores no processo que examinamos, para identificar os elementos relevantes a serem considerados. É sobretudo uma questão de se ter uma ideia de como tudo estava antes e depois da independência, qual foi o impacto das destruições ocorridas ao longo de várias décadas, qual têm sido as tarefas em direção à sua manutenção e preservação.

### *Organização do Trabalho*

Esta dissertação está organizada em 7 capítulos e respetivos subcapítulos, antecidos por este capítulo introdutório em que procedemos a uma breve reflexão acerca do contexto e o passado histórico do país. Procurou-se aqui realçar os objetivos que nortearam a escolha do tema que justificam os vetores orientadores da investigação e se enquadram na realidade das maiores instituições do património documental do país (A Biblioteca Pública Nacional e os Arquivos Históricos do sob tutela do INEP), as quais estão na origem das motivações para a realização deste estudo. Embora o propósito do trabalho não ambicione concentrar-se exclusivamente nestas duas Instituições, mas também seria difícil prosseguir omitindo-as liminarmente.

Para o desenvolvimento do tema apontado, este trabalho aborda os temas que considerámos mais significativos para a análise e enquadramento sobre ações de salvaguarda e preservação do património documental, marcado por grande desconhecimento e falta de normas, regulamentos e boas práticas de Gestão Documental.

Para a realização deste estudo, pareceu-nos oportuno fazer um ponto da situação, consultando trabalhos anteriores já desenvolvidos em conexão com o assunto, já que todos os trabalhos de pesquisa são feitos a partir de correntes de pensamento que as precedem ou influenciam, muito embora poucos são os trabalhos teóricos que tratam desta temática de modo aprofundado.

No entanto, nesta pesquisa daremos mais atenção à situação de documentos escritos e fontes orais de âmbito nacional com valor histórico, científico, literário e cultural, a começar desde os documentos (testemunhas orais e escritos) deixados pelas civilizações antes da colonização portuguesa e acervos herdados do regime colonial, passando pelos documentos de diferentes suportes, ligados à história de luta de libertação nacional narrados pelos seus atores e testemunhas, sem excluir os documentos produzidos no período pós-independência.

Procura-se neste sentido, descrever os problemas, os desafios e as incertezas quanto à preservação da memória coletiva nacional e trazer para o centro das discussões questões relacionadas com o estado atual do património documental, reflexo da ausência de políticas públicas de preservação dos bens culturais vinculados ao património cultural. Busca-se apreender, através da revisão teórica, qual tem sido o tratamento dispensado ao património documental na Guiné-Bissau.

Para termos uma ideia concreta acerca do tema central da investigação “Desafios da preservação e conservação do património histórico-documental”, o primeiro capítulo tenta fazer breve perspetiva histórica e conceitual sobre património cultural. Trataremos aqui o problema da ligação entre a memória e diferentes formas de manifestação cultural representativo de identidade social.

O segundo capítulo inicia-se com aspetos à volta do qual se centra a nossa investigação e tem como propósito trazer uma reflexão teórica sobre a importância de preservação da memória nacional.

Desta forma, o terceiro capítulo traz uma discussão em torno da diferenciação entre o património documental de carácter arquivístico e património bibliográfico.

O quarto capítulo examina o processo da construção do património material e imaterial tributário à memória nacional e a sua emergência e trajetória durante o Estado colonial. Neste capítulo aborda-se de maneira sucinta o processo histórico de formação do património oral e escrito. Pretende-se atribuir significado e valor às fontes orais e escritas, enfatizando a preocupação com a organização, preservação e divulgação do património histórico-documental, como valores culturais específicos do povo e da nação Guineense.

O quinto capítulo propõe uma análise sobre desafios postos à educação e cultura nos primórdios da independência. Foi dada, nesse capítulo, uma atenção especial às políticas e ações relacionadas ao património documental durante o período pós-independência

O capítulo seis examina a trajetória do património documental durante as fases de construção do estado guineense da época colonial à período pós-independência, e procura fazer análise crítica de políticas culturais, muitas vezes desconectadas das realidades experimentadas pelas populações.

O capítulo sete preocupa-se com o entendimento sobre os meandros que envolvem a formação dos acervos e coleções dos Arquivos Históricos e da Biblioteca Pública do INEP. Este capítulo busca avaliar os sucessos e os percalços do processo de implantação da Biblioteca Pública e os Arquivos Históricos do INEP, bem como as principais dificuldades e desafios sobre o seu funcionamento retratando o estado dos acervos.

Por fim, nas considerações finais procurou-se resgatar os principais pontos abordados buscando responder às questões levantadas desde o seu início para aproximar o empirismo e as teorias referentes à política voltada a conservação do património documental, além de apontar novas questões a serem pesquisadas no futuro.

## **1. PATRIMÓNIO CULTURAL: Breve perspetiva histórica e conceptual**

Para termos uma ideia concreta acerca do tema central da investigação “Desafios da preservação e conservação do património histórico-documental”, pareceu-nos importante fazer uma breve perspetiva histórica e conceitual sobre a noção de património cultural. Trataremos aqui o problema da ligação entre a memória e diferentes formas de manifestação cultural representativo de identidade social.

Na busca de um referencial teórico que pudesse fundamentar a presente pesquisa, lidamos com alguns conceitos e termos relacionados com o **património documental**, que serão tratados com mais ênfase ao longo do trabalho, cujo sentido e abrangência nos parece útil e necessário deixar explícito desde o início, como uma parte importante do património cultural e é constituída por todas as manifestações registadas que explicam a evolução do pensamento, as descobertas e as realizações da sociedade. Assim, para Márcia Carvalho Rodrigues (2016).

O património cultural pode ser definido como o conjunto de manifestações de uma comunidade (incluindo suas práticas, costumes e valores, expressões artísticas e culturais, lugares e objectos) que é passado de uma geração a outra. É constituído dos mais diversos elementos e se apresenta, convencionalmente, dividido em património imaterial e património material, onde se entende por património imaterial tudo o que está relacionado aos modos de fazer das pessoas, às técnicas e habilidades, aos valores e às crenças; e por património material os produtos da criação humana, como os artefactos, os objetos e as construções, por exemplo. O património material, por sua vez, pode ser constituído de diferentes categorias de elementos, dentre os quais se encontra o património documental. (p.111)

O Património Cultural pode ser definido como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a identidade de uma determinada sociedade. No entanto, existe uma escolha de manifestações materiais de cultura criadas pelo homem passam por uma existência física num espaço e num determinado período de tempo subjacente à vontade de legar o património Cultural às gerações futuras.

O património natural, por sua vez, é definido pela convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural no seu Art.º 2º (UNESCO 1972: 2), como formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico. Entender esse conceito significa compreender a importância da cultura para uma sociedade. O conceito, em seu viés antropológico, inclui o conjunto do conhecimento, dos costumes, hábitos, a arte, e outros aspetos de uma dada sociedade.

O património e a memória são conceitos relacionados diretamente à identidade, na perspetiva de Da Silveira (2013): “O Património Cultural abrange tudo aquilo que possa representar a cultura, a história, a memória e a identidade de um determinado grupo social, e deve ser preservado e transmitido, tanto para a geração atual, quanto para as seguintes” (p. 15).

O processo de criação de património com vista a atribuir significado e valor a um facto sociocultural tem como objeto o documento. Este processo conduz a uma discussão sobre uma visão universalista da preservação do património documental. A esse propósito, Peter Burke, lembrado por J. S. Matos & A. K. De Senna (2011, p. 97) descreve a memória como uma “*reconstrução do passado*”. Ao se tratar da preservação do património histórico e cultural torna-se necessário compreender os diferentes conceitos e sua relevância como “*lugares de memória*”, expressão utilizada por Pierre Nora, quando estabelece um inventário de lugares onde a memória nacional esteja incorporada em sua dimensão simbólica.

### **1.1. Patrimónios culturais e suas várias formas de manifestação**

Nesta secção abordaremos as demais categorias de bens culturais como objetos que remetem à identidade, tradição e memória dos grupos sociais e tende a delimitar os seus vários aspetos, tratados sob vários ângulos, a fim de explicar seu significado e todos os seus componentes. Em seguida, analisaremos as várias formas de sua manifestação simbólica dos ideais nacionais.

O património cultural caracteriza-se, de forma geral, por uma grande variedade de documentos (as formas de expressão; as criações científicas e artísticas; as obras de arte, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e paleontológico), que acumulam informações preciosas que ainda carecem de ser esclarecidas, escritas e reescritas capazes de ajudar a elucidar vários aspetos da nossa história.

Nessa linha de abordagem, o património cultural, por sua vez, subdivide-se em património imaterial e material. O património imaterial, como já referido, trata de tudo o que está relacionado aos modos de fazer das pessoas, às técnicas e habilidades, aos valores e às crenças; o património material configura os produtos da criação humana, como os artefactos, os objetos e as construções. Dentro da perspetiva de Carla Moreira (2006),

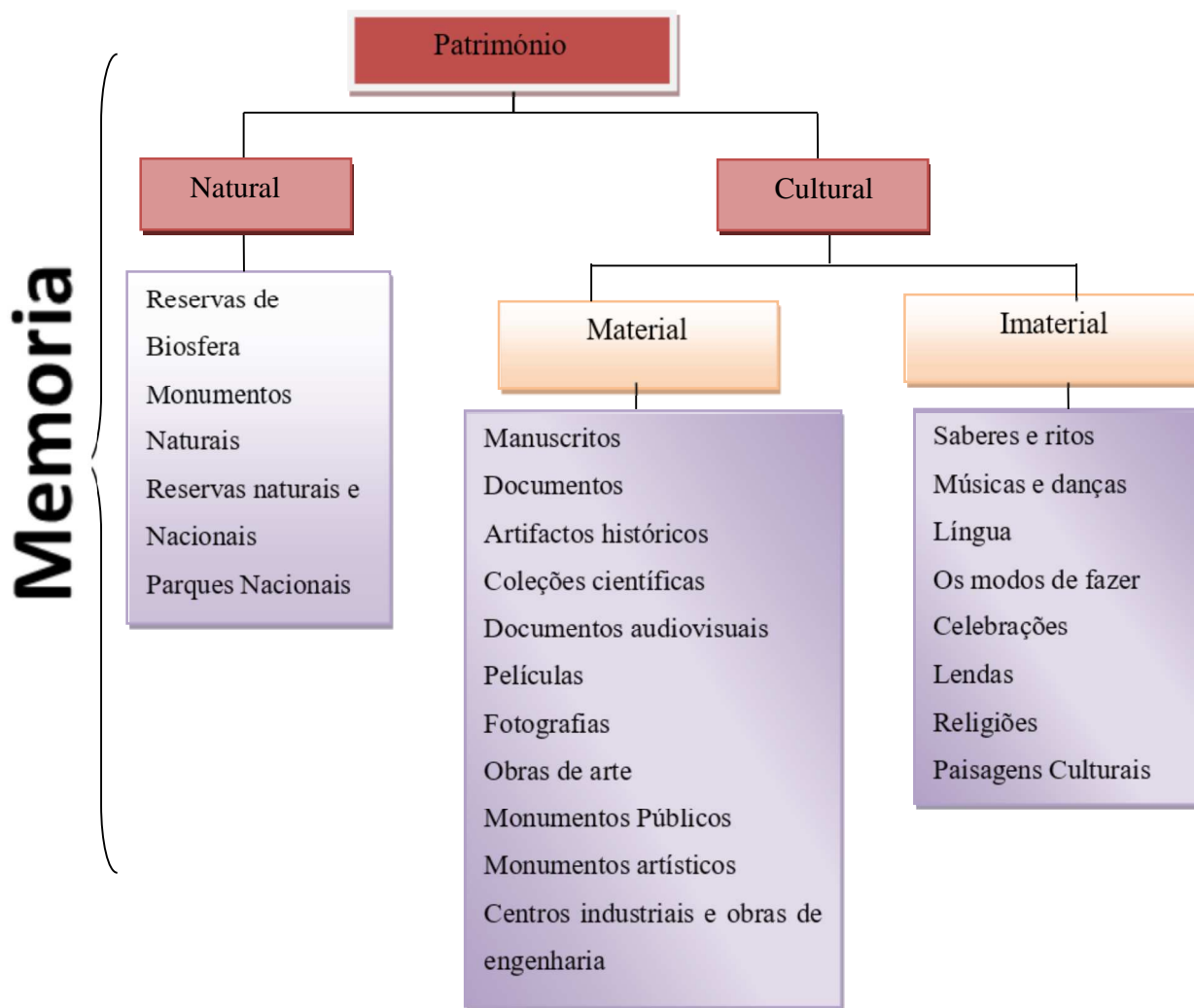
Mas o património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro. (...) A História e, por conseguinte, a Identidade, são construções resultantes da leitura de “documentos/ monumentos”, que constituem a herança das gerações presentes às gerações vindouras. (pp. 128, 135)

É importante lembrar que cada uma dessas categorias de patrimónios (material e imaterial) é constituída por diferentes elementos, de entre os quais se encontra o património documental. Todas as definições apresentam, em sua essência, a noção comum de que documento é algo através do qual se registram as informações, independente do suporte utilizado.

Na perspetiva de Jacques Le Goff, em diferentes abordagens, sobre o binómio que dá título à sua obra “Historia e memória”, afirma que «a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos» (Le Goff, 2013, p. 535).

Para entender esse conceito e sua relação com as identidades, é preciso compreender os elementos que constituem a memória e património, como se descreve na figura a seguir.

Figura 1: Mapa conceitual - tipos de património.



Fonte: Elaboração própria adaptada a partir de Muñoz (2013, p. 17)

Por isso, Jacques Le Goff cita as considerações de Samaran e defende que "não há história sem documentos", com esta precisão: "Há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, objeto, a imagem, ou de qualquer outra maneira" A memória coletiva valoriza-se, institui-se em património cultural. (Le Goff, 2013, p. 468).

## **2. PATRIMÓNIO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: Definição e conceitos**

Este capítulo inicia-se com aspetos à volta dos quais se centra a nossa investigação e tem como propósito trazer uma reflexão teórica sobre a importância de preservação da memória nacional. Quando se fala sobre Preservação da Memória histórica, automaticamente somos direcionados a memória documental, vivida em determinadas épocas, que mostra traços da história da sociedade guineense considerado valioso pela sua importância necessitando de proteção e conservação.

No entanto, existe uma crescente preocupação entre profissionais da informação (Bibliotecários e arquivistas), pesquisadores, historiadores e membros da sociedade civil, em torno da questão de Preservação do património histórico documental nacional, muitas das vezes frágil e sujeito a várias ameaças. Ao se tratar da preservação do património documental, torna-se necessário compreender conceitos fundamentais que norteiam a sua preservação e conservação.

Para entender melhor o propósito do trabalho, considerou-se necessário iniciar com algumas definições dos termos ou palavras-chaves retidos como fundamentais para orientar a hipótese central da pesquisa: **conservação, preservação e património documental**.

### **2.1. Conservação**

Segundo o *Dicionário de Língua Portuguesa*<sup>4</sup>, a conservação deriva da palavra em latim - *conservatio-onis*) - substantivo feminino, e aponta para os seguintes conceitos:

Acto de conservar ou de se conservar; estado do que se mantém sem muitos danos ou sem muitas marcas de envelhecimento ou de cadência; Reparação ou prevenção de danos (ex: obras de conservação do edifício); tendência ou conjunto de ações para sobreviver ou manter livre de perigo.

---

<sup>4</sup> "Conservação", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, acedido em <https://dicionario.priberam.org/conserva%C3%A7%C3%A3o>

O Programa “Memória do Mundo”, da UNESCO (<https://en.unesco.org/programme/mow/>), reconhece diferentes disposições em matéria de conservação. A conservação de um objeto significa sucessão de atenções trazidas às condições materiais que subordinam a evolução da qualidade intrínseca dos objetos a serem preservados. A política de conservação de uma coleção consiste em um conjunto de medidas normativas destinadas a prevenir, interromper ou pelo menos retardar a degradação de documentos.

## **2.2. Preservação**

Também segundo o Dicionário Online de Português<sup>5</sup>, estamos neste caso perante um substantivo feminino que aponta para os seguintes conceitos:

Conservação de algo exactamente no seu estado original; acção de manter em óptimas condições: preservação do monumento; Procedimento que visa proteger as populações e espécies; Certeza de que algo será mantido, preservado; precaução; medidas de preservação dos direitos humanos; Estado do que não se altera por influência do tempo, das intempéries; Ação ou efeito de preservar, de conservar, de manter em estado original.

No contexto do Programa “Memória do Mundo”, a preservação é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente - para sempre – do património documental. Compreende a conservação, que é definida como aquelas ações que, envolvendo o mínimo de intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração ulterior do documento original.

Buscando o termo “*preservação*” no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, publicado pelo Arquivo Nacional (2005), encontramos:

---

<sup>5</sup> “Preservação” in *DICIO* – Dicionário Online de Português, acedido em <https://www.dicio.com.br/preservacao/>

Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico  
Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico. (p. 135)

### **2.3. Património**

Embora hoje faça parte do uso comum, a dimensão coletiva do conceito de património é relativamente recente. Na Roma antiga, o património era antes de tudo um conceito jurídico que designava bens privados passados de pai para filho.

Vale mostrar aqui a evolução do conceito “património” utilizando os excertos da tese de Séverine Cachat (2009), intitulada *Un héritage ambigu: l'île de Mozambique, la construction du patrimoine et ses enjeux*, onde a autora defende que:

Os contornos da noção moderna de património tomaram forma no final do século XVIII na Europa, com o surgimento da ideia de "valor geral" das obras e seu interesse pela educação e cultura, justificando a criação de instituições como os museus para garantir a sua proteção. (p. 156)

Por isso, sem querer minimizar a importância das demais formas de expressão do património cultural, o tema deste trabalho vai centrar-se particularmente sobre o património documental representado sob a forma de Arquivos e Bibliotecas.

O património documental é composto por livros e não-livro (oral, visual, iconográfico, áudio, etc.) e define-se como um conjunto de informações relacionadas à história e à experiência de uma determinada comunidade, fixados geralmente em suportes papel, audiovisual ou digital que é parte integrante do património cultural de um povo. Desta forma, podemos incluir documentos publicados e não publicados, documentos públicos e privados, bem como retratos, tanto em formato digital quanto analógico.

Em relação à definição de património documental, o Programa “Memória do Mundo”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o define como aquele “que se encontra em bibliotecas, em arquivos nos

museus e nos locais de custódia, espalhados por todo o planeta e uma grande percentagem dela corre perigo atualmente.” (Edmondson, 2002, p. 5).

Para os propósitos do Programa Memória do Mundo da UNESCO (Edmondson, 2002), a definição de património documental compreende elementos que são:

- Movíveis;
- Feitos de símbolos / códigos;
- Sons e/ou imagens;
- Preserváveis (os suportes são elementos inertes);
- Reproduzíveis e trasladáveis;
- O fruto de um processo de documentação deliberado.

Numa tentativa de definir o que é património documental e património bibliográfico, os autores fazem uso de remissivas, indicando as relações entre os termos da seguinte maneira: ao buscar a definição de património bibliográfico, o dicionário remete o leitor para o termo “acervo”; na procura de definição de património documental, o leitor é conduzido para a definição de “património arquivístico”, o que permite inferir que há uma estreita relação entre o género documental e a composição dos patrimónios em questão.

Do conjunto da memória histórica, o património documental representa a parte mais importante em termo do volume e contribui para a consolidação da memória coletiva de um povo. No entanto, muitas vezes ele é menos visível e mais frágil comparado com o património natural, os documentos físicos em papel são mais vulneráveis, estando expostos à degradação e destruição. De notar que hoje, as tecnologias digitais, acabaram por encontrar uma solução mais segura de preservação documental evitando o que Both e Cadorel (2015) chamam de:

Inflação documental: tanto para documentos digitais para os quais criamos um conjunto completo de meta-documentos e cópias para poder salvá-los, quanto para documentos em papel, porque estamos simplesmente criando novos documentos electrónicos do zero. (p. 157-164).

O património documental é a memória coletiva documentada, representando a evolução do pensamento, descoberta e conquista da sociedade humana. A grande parte dele é conservada nas bibliotecas e arquivos partilhando o objeto em comum – a informação.

### **3. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: Analogias e metáforas**

A discussão em torno da diferenciação entre o património documental e património bibliográfico gira em torno das duas Instituições (Arquivo e Biblioteca). Ambas lidam com o mesmo objeto “documento” que é um conjunto de bens patrimoniais de natureza documental, de toda a tipologia documental existente, apenas diferenciados pela forma de produção e entrada de documentos. Os acervos de carácter bibliográfico são caracterizados pelo seu conteúdo, são produzidos a partir de uma atividade humana e coletiva, diferentemente de documentos de carácter arquivístico, que são constituídos pelos fundos unidos pela origem, produzidos por um aparelho administrativo e sua entrada é feita por uma passagem natural de uma única fonte geradora.

Alguns autores diferenciam os documentos de biblioteca dos documentos de arquivo de acordo com a natureza e a finalidade de produção. Em sua análise sobre conceito de património bibliográfico, Cabral (2013) enfatiza a força de paralelismo entre bibliotecas e arquivos, desta forma:

A confrontação das duas missões institucionais leva-nos a aceitar a existência de um paralelismo entre bibliotecas e arquivos, o que nos conduz um pouco mais para diante. Isto é, a constituição dos arquivos é muito mais objetiva e racional enquanto a constituição das bibliotecas corresponde a um processo mais subjetivo variando, com certeza, com os tempos nos quais a tónica individual – de quem tem o poder de decisão - é sempre marcante. Mesmo hoje, na contemporaneidade, os arquivos recebem o que a máquina administrativa do Estado produz, sem margem para indecisões ou recusas; nas bibliotecas, excluindo a entrada obrigatória e indiscriminada por via do depósito legal quando é o caso, a construção é feita ao sabor da linha de pensamento de quem decide. (p. 15)

A noção central em termos de arquivos é a de fundos de arquivos, que estabelece um vínculo primordial entre fontes originais, geralmente únicas, e seu contexto de produção. Essa noção tem como fundamento o modo de constituição dos arquivos, que é anterior à intervenção do arquivista, e cria um vínculo inseparável entre o

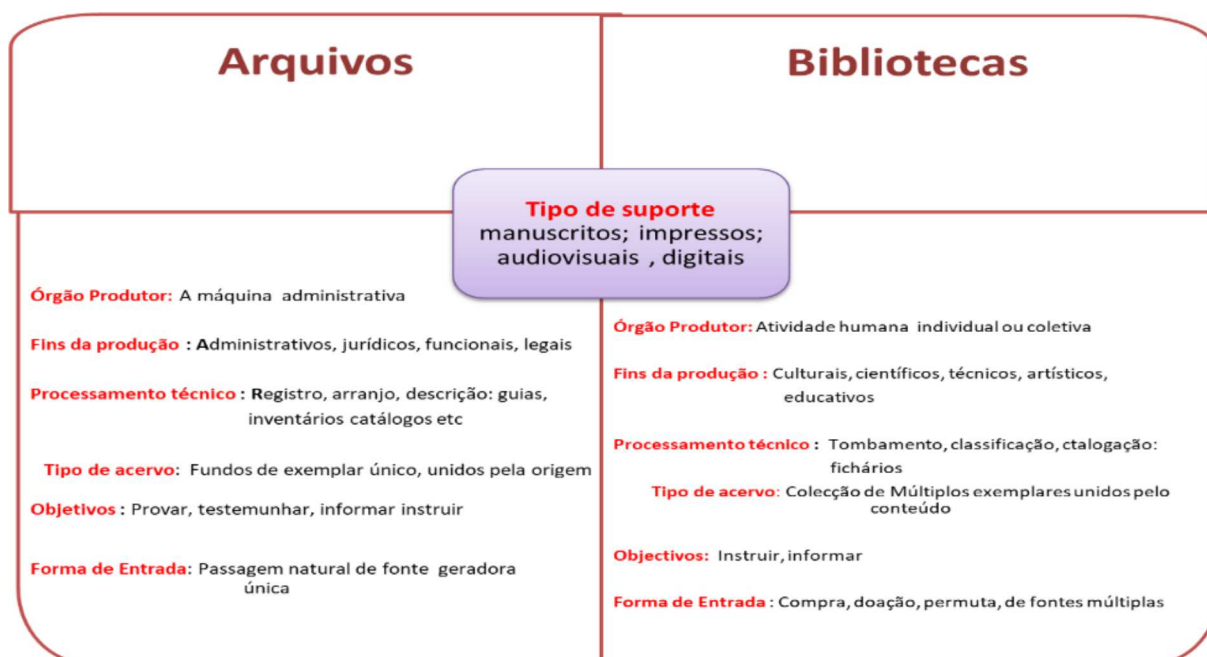
produtor, seja ele uma pessoa singular ou coletiva, e seus arquivos considerados como tal, desde a sua criação.

Enquanto as bibliotecas se caracterizam como organismos onde são depositados um conjunto de coleção ou documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos etc.) organizados e administrados para formação e consulta de todo o público ou de determinadas categorias de usuários. Como refere Cabral (2013):

Dependendo da forma como são encarados, do seu fim e utilização, esse património bibliográfico pode adquirir uma responsabilidade mais profunda. [...] Quando esse conjunto de obras contribui para a percepção da identidade coletiva, será então considerado como património bibliográfico nacional, isto é, como inalienável. (p. 8)

Para balizar as fronteiras entre as duas instituições é preciso partir dos conceitos de definição de documento como elemento comum definido por Bellotto (2006, p. 23) segundo o qual, o conceito clássico e genérica, é "qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fónico pelo qual o homem se expressa", o seu papel no processo social, cultural e administrativo de um país são os pontos de similaridade entre essas duas instituições. Os materiais, os processos técnicos e as características de cada uma são diferentes e isso pode ser percebido analisando-se o gráfico em baixo.

Figura 2: Diferenças e semelhanças entre Arquivos e Bibliotecas.



Fonte: Elaboração própria

De qualquer forma, tendo-se analisado várias referências sobre o assunto, encontramos algumas contradições e pontos de vista comuns nas reflexões de diferentes teóricos. O que se pode confirmar, com certeza, é que as duas instituições se diferenciam, de modo geral, por suas finalidades, conteúdos, proveniência e por conta da maneira como os materiais dão entrada através de suas portas. Tanto os arquivos quanto as bibliotecas nacionais são instituições com responsabilidade pela salvaguarda e conservação de património documental que se colocam ao serviço da comunidade.

Desta forma, é possível observar que as duas instituições tratam da preservação de património documental e apresentam duas dimensões:

- a dimensão simbólica, ligada aos valores culturais da nação e à identificação coletiva de seus membros;
- a dimensão política (regime geral dos arquivos e do património arquivístico e legislação sobre depósito legal), que estabelece as bases da política e do regime de proteção, conservação e valorização do património documental.

#### **4. O PROCESSO DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL: Contexto, desafios e trajetórias**

Este capítulo procura examinar o processo da construção do património material e imaterial tributário à memória nacional e a sua emergência e trajetória durante o Estado colonial. Partindo do princípio segundo o qual a memória histórica possui um potencial para a formação da nação através da sua narração, nesta perspetiva, procurou-se compreender a evolução do património documental (oral e escrito) resultante de um longo processo de construções socio-históricas dos povos e das sociedades que viveram e vivem neste território.

De acordo com as ciências baseadas no etnocentrismo europeu do século XIX, a África subsaariana era descrita como área geográfica perdida no obscurantismo dos primórdios da civilização, onde a escrita era desconhecida. Tal visão distorcida da realidade contrasta com a história dos poderosos reinos como o império Songhaï (Fulas, Soninkés, Haussa...). As estruturas políticas desses reinos abrangem quase todos os grupos étnicos desta região através de comércio, certamente geraram importantes documentos escritos em forma de manuscritos em alfabeto Árabe que François Guérard, na revista francesa *L'Actualité* (2006), chamou de "latim" da África pré-colonial" transcrito em línguas locais, grande parte dos quais conservados na cidade histórica Maliana de Tombuctu.

Conforme nos mostra H. Sene (1992), quando afirma na sua obra *Les Bibliothèques en Afrique Occidentale Française, 1800-1959*, que "O uso de conhecimento para fins de estudos tem constituído sempre uma prática muito antiga no meio intelectual religioso das sociedades islamizadas dos territórios Oeste africanos" (p. 306).

Contudo, a região que hoje corresponde geograficamente à Guiné-Bissau, caracteriza-se por variedades e diversidades de valores culturais portadores da sua memória coletiva, que conta a sua trajetória, enquanto valores que apontam para o que somos hoje e seremos no futuro. No entanto, pode-se afirmar que a cultura da

escrita é um fenómeno relativamente recente, a sua presença pode ser descrita como consequência da implantação progressiva, pelo império colonial de serviços administrativos, judiciais, militares, religiosos e educativos, embora tenha havido registos de patrimónios documentais decorrentes de tradições e crenças religiosas dos grupos sociais deixados pelas civilizações, antes da dominação colonial.

Sabemos que, o reino de Gabu<sup>6</sup> que dominou a região da Senegâmbia, vinha passando por administração tradicional inteiramente oral, onde não se gozava cultura de preservação da memória. Segundo informações que conseguimos recolher junto das fontes de administração tradicional («régulos»)<sup>7</sup>, era muito difícil encontrar documentos escritos em línguas locais, de forma que é-nos impossível encontrar fontes documentais que remontam ao período antes da dominação colonial. Isso, após termos buscado, sem muito sucesso, fontes bibliográficas sobre o assunto: “*As palavras voam, os escritos permanecem*”, diz um provérbio latino. Tudo indica que nessa época havia dificuldades de preservar memórias, geradas ao longo desse período como valores informativos contidos em documentos acumulados por pessoas singulares, sobretudo figuras públicas, em forma de arquivos tal como é conhecido hoje.

Ao comprovar isso, Marcello Caetano<sup>8</sup> (1946), ao tentar preparar primeira visita que efetuou à Guiné, afirmara ter procurado sem sucesso de “encontrar” quaisquer fontes de informação sobre a geografia, história, economia, etnografia ou administração da Guiné. A propósito, disse:

---

<sup>6</sup> Um antigo reino Mandinga que hoje cobre parte do Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau. Os Mandingas invadiram a Guiné-Bissau e fundaram o reino de Gabú (conhecido por império de Kansalá), vassalo do império do Mali no século XV.

<sup>7</sup> Estruturas políticas e administrativas tradicionais e locais (pequenos reis). Foi a designação dada na historiografia e administração colonial portuguesa aos chefes tribais. O título foi utilizado durante toda a história colonial portuguesa para designar figuras de autoridade, de qualquer natureza, entre os povos colonizados. A entrevista nos foi concedida pelo régulo de Gabu Senhor Saico Embalo, e permitiu-nos conhecer alguns detalhes sobre o reino Gabu.

<sup>8</sup> Marcelo Caetano antes de assumir as funções de Ministro das colónias, entre 6 de Setembro de 1944 e 4 de Fevereiro de 1947, foi Diretor cultural de um cruzeiro de férias para estudantes, organizado pela Agência Geral das Colónias, no âmbito do preparativo de uma viagem que o conduzia à Guiné em 1935.

Quando há coisa de quinze anos procuraram elucidar-me com alguma profundidade sobre a geografia, a história, a economia, a etnografia, a administração.... da Guiné Portuguesa, tive as maiores dificuldades em conseguir reunir fontes fidedignas de informações, livros sobre a colónia pode dizer-se que não havia, tirando um ou outro relatório ou comentário de operações militares. Raros eram os coloniais que a conheciam conhecendo-a, dela formavam bom juízo: O entusiasmo de um muzanti, o calor apologético de um Leite de Magalhães, e de mais duas ou três pessoas pareciam pura bizzarria à opinião geral. (p. 610)

É certo que havia uma forma de atribuir valor ao património antes da colonização, a proteção do património cultural era assegurada pela tradição, ou seja, através de um sistema de proteção simbólica do património, baseado em empirismo ou em práticas tradicionais de usos e costumes. Na realidade, as sociedades africanas tradicionais da era pré-colonial assumiam a obrigação de respeitar os costumes relacionados à proteção do seu legado. Esse património era essencialmente de carácter familiar ou comunitário na ausência de uma entidade estatal.

Com a chegada do colonizador português, elementos significativos do quotidiano cultural das sociedades guineense foram inventariados, traduzidos para o Português, estudados e reproduzidos em forma de escritos arquivados, sendo os mesmos disseminados em monografias, catálogos ou revistas científicas de cunho etnográficos, destacados nos registos contidos no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, os quais, embora infestadas pela lógica colonial, oferecem oportunidade de conhecer valores essenciais da cultura dos povos maioritariamente constituídos pela tradição oral.

Daí, nota-se contradições do colonizador em relação às culturas africanas. Se, por um lado, trabalharam para reprimir, desestabilizar símbolos e valores indígenas, a fim de impor o valor e poder colonial e a política de assimilação cultural, por outro lado, ajudaram a inventariar idiomas, usos e costumes dos mesmos, para conhecer, mas também para conseguir reunir, administrar e classificar as populações cujas tradições orais eram consideradas pelos etnologistas como condenadas a desaparecer. Por isso, para dominar os nativos e garantir prestígio imperial, foi necessário reajustar os

seus espaços e marcos culturais, desenvolver um sistema que permitisse subjugar-los, conhecê-los melhor e assimilá-los.

Por isso, pode-se afirmar com toda a certeza que o surgimento de bibliotecas e arquivos se relaciona com a passagem da oralidade à escrita e a necessidade da difusão do conhecimento sob a forma do documento impresso tendo como suporte básico o papel. Esse suporte ou registo de conhecimento vem constituindo os primeiros acervos das bibliotecas e arquivos.

Embora se admita de que essa passagem histórica não se deu no mesmo período em todas as partes do mundo, a sociedade guineense de cultura tradicionalmente oral, somente por volta do século XIX vê-se obrigada a abrir espaço para o livro e o material escrito oficial, com a conquista dessa região pelos europeus.

Entretanto, é do interesse de Estado promover a identificação e manutenção dos bens patrimoniais, como parte integrante da memória coletiva da sociedade, porque são patrimónios sobre os quais a sociedade se apoia para o reconhecimento dos seus direitos de poder usufruir da sua história como traços da sua existência ao longo de tempos.

#### **4.1 Um olhar cruzado entre a tradição oral e a literatura colonial**

Os patrimónios culturais do império colonial eram vistos como destinados a estudar usos e costumes dos “indígenas” autóctones permitindo o melhor conhecimento deste povo e facilitar também a política colonial. O advento do Estado nacional pós-independência tornou evidente o propósito da compreensão do que a valorização e preservação de determinados valores culturais era a condição indispensável à consolidação da jovem nação e afirmação de um nacionalismo exacerbado.

Portanto, importantes documentos de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, foram surgindo formando a memória coletiva. As circunstâncias de seu surgimento e consolidação privilegiaram mais os seus propósitos de ocupação ideológica social, do que os científicos educacionais,

enquanto fontes portadoras de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade guineense. Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna examinam o assunto quando descrevem a memória desta forma: “a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado” (Matos e De Senna 2011, p. 97).

Assim, a premissa apontada por esses autores, ao focarem a questão da memória, leva-nos a um pressuposto segundo o qual, compreender os dois elementos essenciais (fontes orais e escritas) que constituem o património documental. Torna-se necessário antes de mais proceder a uma reflexões sobre a dualidade entre a cultura oral e a cultura escrita, sendo a primeira predominantemente fundada nos dados de origem dos grupos étnicos ou das famílias.

Debruçando-se sobre a relação entre o binómio oral/escrito na construção da memória e sua importância para a história, Jacques Le Goff (2013), defende que:

É claro que a passagem do oral ao escrito é muito importante, quer para a memória, quer para a história. Mas não devemos esquecer que: 1) oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades e esta coexistência é muito importante para a história; 2) a história, se tem como etapa decisiva a escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedades sem história. (p. 43)

A propósito, Barry (2000), no seu livro *Senegâmbia: O Desafio da História Regional*, muito inspirou à reflexão do Djibril Tamsir Niane, segundo as quais as “tradições orais têm doravante direito igual ao dos documentos escritos” (Barry, 2000, p. 24).

Para Amadou Hampaté Bá (2010), a discussão parece caminhar para atribuição do mesmo valor, fontes orais e escritas. Para ele, todas fazem parte de testemunhos humanos:

Para alguns estudiosos, o problema todo se resume em saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita quando se trata do testemunho de facto passado. No meu entender, não é esta a maneira correcta de se colocar o problema. O testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem. (p. 168)

No entanto, existiu sempre um processo de criação e apropriação de representações coletivas do património material e imaterial das sociedades em diferentes épocas de nossas vidas que guardam as memórias, reproduzidas incessantemente, através das quais se perpetua o sentimento da nossa identidade.

#### *4.1.1 Tradição Oral: desafios identitários e construção seletiva da memória coletiva*

A sociedade guineense, à semelhança das outras sociedades africanas, é uma sociedade marcada, predominantemente, pela tradição oral<sup>9</sup> (a cultura oral, o património oral ou a literatura oral), que transmite conhecimentos, técnicas, valores, tradições e símbolos culturais. Com o elevado índice de analfabetismo da população guineense, a tradição oral assume-se como principal meio de comunicação e perpetuação dos valores ancestrais. Apesar de séculos de colonização, a oralidade continua a dominar o quotidiano das comunidades e dos indivíduos, sendo constitutiva da própria identidade individual e coletiva da sociedade.

Nessa ordem de ideia, concordamos com Daniel Calado Café, quando afirma que se o cidadão tiver a consciência do valor do seu património, zelará pela sua salvaguarda porque, como diz o ditado popular, “só se gosta daquilo que se conhece” (Café, 2007, p. 84).

Retenham-se também as palavras de Jean Derive (2015):

Todo o mundo reconhece que na África, a oralidade é, para além de uma prática, um fundamento essencial da cultura que determina todo um sistema antropológico.

---

<sup>9</sup> É preciso fazer uma distinção entre a tradição oral e história oral; tradição oral carrega sobre memórias passadas (ex. contos, provérbios, canções ou cânticos...), transmitidas por via oral e são produto de uma cultura dinâmica. É diferente de história oral que trata de recolha de testemunhos orais para um período recente da história e que complementa fontes escritas existentes. Na história oral e tradição oral, podemos adicionar arquivos sonoros e audiovisuais de rádio e da televisão.

Assim percebida, a oralidade não é somente o fato de se expressar oralmente, é uma escolha cultural para assegurar a perenidade do património verbal de certas sociedades das quais, sabe-se, ele é um factor essencial da consciência identitária. Como tal, a oralidade se opõe à “literatura” que, quando se observa o conjunto das civilizações, aparece como a outra grande alternativa para a mesma coisa. (p. 118)

Ao chegar a Guiné, o colonizador Português encontrou um sistema de proteção simbólica do património, baseado nas práticas tradicionais, proibições, usos e costumes. Por outras palavras, podemos afirmar que até essa altura a proteção do património cultural era assegurada pela tradição. No entanto, com a preocupação de conhecer as sociedades a assimilar, o colonizador Português conduziu um trabalho de coleta, transcrição e estudo de línguas, costumes e costumes das “indígenas” que constituem principais características do património cultural, como material essencial para consolidação do império colonial.

No entanto, a importação e adoção da nova cultura colonial gerou importantes transformações na estrutura social e cultural das comunidades locais. Essas transformações ilustram o interesse do império colonial português pelo património cultural da concepção ocidental e a indiferença pelas realidades socioculturais dos povos colonizados.

Nara Marlei John (2012), referindo-se à necessidade de identificação, valorização e preservação do património histórico-cultural, entende que:

A contribuição que a História Oral e as fotografias trazem para os projetos de pesquisa relacionados à preservação do Património Histórico-cultural dos grupos esquecidos pela historiografia tradicional é inegável, pois elas são duas técnicas que permitem um diálogo fecundo entre as gerações, colaborando para que as camadas populares façam a identificação de seus bens materiais e imateriais e por consequência a valorização e a preservação dos mesmos como património histórico-cultural. (p. 329)

É certo que a noção do património documental se aplica geralmente à escrita, embora ela não represente apenas a única fonte do conhecimento e de transmissão de saberes em todas as civilizações ditas de oralidade. O conhecimento do passado exige o recurso às várias fontes documentais. Nesta linha de ideia, podemos admitir

os contos provérbios, ditos, canções, parábolas, lendas, histórias da vida de famílias e de aldeias como inseridos na herança que se desenvolve na consciência das sociedades. Os tais valores constituem o seu quotidiano tornando-se incontornáveis para a reconstituição da história oral, pois permitem completar, corrigir e enriquecer a história escrita.

A reapropriação e a manutenção das práticas tradicionais locais e a preservação de certos valores do património imaterial foram sempre desafios dos povos colonizados, enquanto o colonizador, por sua vez, tinha interesse em documentar história da tradição oral das diferentes etnias, inclusive as línguas étnicas, como pode ser observado em diferentes números do *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, importante órgão de divulgação de assuntos da colónia, relatando sobre a vida e epopeia das diferentes etnias que compõem as populações Guineenses.

No contexto Africano, o património histórico é constituído, na sua maior parte, de tradições orais, isto é, testemunhas de pessoas idosas e histórias de eventos do passado, por isso, os velhos são comparados em termo de riqueza de património cultural e oral a um espólio de acervos. Desta forma, dizia-nos assim o escritor, filósofo e etnólogo Maliano Amadou Hampâté Bá: «Quando um velho morre, é uma biblioteca que arde».

Ao discutir a questão, Vansina (2010) argumenta que «A tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas» (p.139). Na mesma linha de ideias, o escritor Maliano Amadou Hâmpaté Bá considera, no capítulo-8, secção do livro *História Geral da África*, que:

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos (Bá, 2010, p. 167).

Quando se fala da proteção de valores e crenças tradicionais, automaticamente somos direcionados aos argumentos de alguns historiadores sobre a questão, como Zuleide Duarte, que nos explica que «Nas sociedades tradicionais africanas as narrativas orais configuram os pilares onde se apoiam os valores e as crenças transmitidas pela tradição e, simultaneamente, previnem as inversões éticas e o desrespeito ao legado ancestral da cultura» (Duarte, 2009, p. 182).

Apesar de estas afirmações terem sido inclinadas para a valorização de fontes orais, para alguns autores, a tendência é cada vez maior no sentido de sua desvalorização. Para esta corrente de historiadores, a história foi em grande parte construída sob crítica da tradição oral face ao documento escrito. Com efeito, denota-se aqui uma consideração das fontes orais como secundárias e muitas das vezes consideradas como fontes não confiáveis, ou seja, suspeitas para uso científico, diferentemente da escrita. Portanto, nesta matéria, diversos autores apresentam diversos pontos de vistas sobre fontes orais e sua relação com a escrita

É nesse sentido, que a UNESCO reconhece a importância e a especificidade do património oral, não apenas para memória local, mas para a memória nacional e mundial, por isso, caracteriza o património oral como pertencente à herança não física. Na mesma linha, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO define o património cultural imaterial como:

Práticas, representações, expressões, bem como o conhecimento e habilidades (incluindo instrumentos, objetos, artefactos, espaços culturais), que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (UNESCO, 2003, Art.º 2º, n.º 1, p. 11)

No entanto, a importância hoje concedida à tradição oral deve muito à Unesco, essa organização durante muitos trabalhos tentou definir a tradição oral e realiza há muitos anos importante tarefa de identificar vários projetos relacionados com a tradição oral,

visando o estabelecimento de um registo internacional de bens culturais populares. Essa luta pelo domínio da memória e da tradição é especialmente notável nas sociedades cuja memória social é transmitida oralmente.

#### *4.1.2 A coleta e valorização das fontes de testemunhos orais*

A gestão da história oral começa com a fase de coleta e consiste em se reunir os documentos sonoros, que serão após processados, integrados à unidade documental. Essa fase de coleta é crucial, pois é nela que depende o bom uso dos documentos coletados. Nesse processo, atribui-se uma importância ao legado das sociedades, sua visão sobre factos relacionados à sua memória e sua própria história. É nesse sentido que a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva da identidade, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos.

Vale sublinhar que Bibliografias sobre fontes orais na Guiné-Bissau são escassas, aquelas que existem apenas servem para o ponto de partida, ou seja, permitem uma ajuda parcial para a compreensão sobre acervos da história oral. Embora sabendo-se que o país possui um riquíssimo conjunto de acervos e coleções integrantes do património cultural, com destaque ao património imaterial definido pelo dicionário enciclopédico *online*<sup>10</sup>, como «*tradições, usos, o “saber fazer” de técnicas associadas à tecelagem, literatura oral, línguas, “irã, Bombolom”, as danças e seus instrumentos, lendas, celebrações as festas etc.*», variando de uma etnia ou região a outra, todas essas tipologias de patrimónios carecem de identificação, preservação e conservação correndo risco de desaparecimento.

Daí, embora não existam políticas públicas que visem manter preservado e conservado uma das mais genuínas expressões ou legados da sociedade guineense, o texto oral afigura-se como um relicário que pode ser conservado e levado ao

---

<sup>10</sup> *Wikipédia, a enciclopédia livre.* [Online]. - 12 de maio de 2020. Acedido em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B4nio\\_cultural\\_imaterial](https://pt.wikipedia.org/wiki/Patrim%C3%B4nio_cultural_imaterial)

conhecimento público. Porque são testemunhos da memória e da identidade coletiva acumulada pelas velhas gerações cujos detentores estão em via de desaparecimento.

Embora se admita, como dissemos atrás, que existe muito poucas transcrições da produção literária nas línguas locais na época colonial, havia o interesse do colonizador em documentar a história da tradição oral das diferentes etnias, inclusive com notícias sobre línguas étnicas. Com a independência do país em 1973/1974, a elite política na altura estava ansiosa em garantir a coesão das várias comunidades nacionais, e fazer renascer das cinzas da guerra colonial a história nacional, através de um processo de reapropriação das memórias históricas e identidades socioculturais locais.

Foi deste modo, que o primeiro governo liderado por presidente Luís Cabral criou novos estabelecimentos culturais, como é o caso do conselho Nacional da Cultura, criado em 15 de Março de 1977. Inicia-se assim uma nova etapa para a reconstituição dos fragmentos das fontes de história nacional com ênfase às fontes orais. Nessa altura, dava-se uma certa atenção aos patrimónios culturais, alguns herdados do regime colonial e outros gerados pelas civilizações antes da colonização e outros ainda produzidos ao longo do processo de luta de libertação nacional.

Em sua intensa política cultural, que gira em torno das dialéticas de raízes socioculturais das sociedades, o Presidente Luís Cabral apoiava a preservação do património intangível através da criação de instituições (Instituto Nacional de Investigação Científica - INIC) responsáveis pela coleta de tradições orais de diferentes grupos étnicos. Durante os anos de 1974 a 1980, Luís Cabral esteve amplamente envolvido na construção da historiografia guineense, trabalhou a favor da promoção das línguas nacionais, embora sua integração no sistema de ensino escolar seja executada muito timidamente.

Foi nesta ordem de ideia, que ora criado o Conselho Nacional da Cultura, em colaboração com a UNESCO, promove, em 1978, um seminário sobre a metodologia da recolha de tradições orais que consiste em reunir o precioso testemunho popular e outras, constituído pelas narrativas que foram ritmadas em várias fases da luta de

libertação nacional, como forma de constituir a história contemporânea da Guiné-Bissau, também se pretendia com essa ação obter fonte e inspiração da herança ancestral dos povos

Durante o seminário, foram traçadas linhas de atuação como medidas para recuperação do património oral. Com vista a implementação destas medidas, foi sensibilizado o maior número de pessoas e instituições para a necessidade de conservar a história oral incluindo alguns patrimónios orais da era colonial.

Nesse sentido, convém que se diga que os anciões e sábios de diferentes grupos que constituem a sociedade guineense são as principais fontes da história e depositários de conhecimentos históricos e garantes da preservação do património cultural das suas respetivas comunidades. Sobre o assunto, Mário de Andrade, enquanto coordenador geral do conselho nacional da Cultura, descrevia assim, no seu discurso de abertura do seminário sobre a metodologia da recolha de tradições orais, quando fazia referência ao documento de trabalho do professor Djibril Tamsir Niane:

A tradição oral veicula todo o património histórico, literário, e filosófico dos povos da África negra que, sem ignorar a escrita fizeram da oralidade um sistema de conservação e transmissão dos conhecimentos em geral. Daí a urgência em recuperar de maneira científica e sistemática o saber acumulado pelas velhas gerações cujos detentores são os “homens grandes “Djidius”. (Andrade, 1978, p. 54)

A tradição oral, que inclui todo o património histórico, literário e filosófico sem ignorar a escrita, fez da oralidade um sistema de conservação e transmissão dos conhecimentos em geral. Nesta tarefa de recolha de tradições orais, privilegiou-se a região de Gabu, Leste da Guiné-Bissau, região histórica da África ocidental, onde converge a memória dos povos do Senegal, da Gâmbia, Guiné-Bissau, da República da Guiné e do Mali, através da história de Senegâmbia.

Essa campanha de recolha de tradição oral integrava ainda a história da luta de libertação nacional, história que a população viveu e dela se alimentou através da oralidade. Nessa campanha de recolha, foi incluída também a região de Tombali, a

zona sul e centro de aperfeiçoamento de professores Máximo Gorki em Có, região norte da Guiné-Bissau.

Participaram nesse processo de identificação, recolha, classificação de diferentes tipologias de fontes orais, atores sociais da cultura e tinha como objetivo escrever a história contemporânea da Guiné-Bissau com base nas tradições orais, como fonte essencial do passado, no sentido de sua valorização para conhecimento da história, da cultura, das ciências humanas e naturais.

Contudo, se de um lado era possível conhecer e localizar boa parte dos detentores das fontes orais, profissionais de cultura popular (Djidius<sup>11</sup> e pessoas velhas) que são fontes de referência, de outro lado coletar e gravar por meio das entrevistas de forma a elaborar uma tipologia exaustiva do conteúdo parecia tarefa muito difícil. Entretanto, ao que tudo indica, os trabalhos da recolha de testemunhas orais foram interrompidos com o acontecimento de golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, e foram retomados 4 anos depois com a criação do instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), instituição que ainda tutela os Arquivos Históricos Nacionais.

Os primeiros anos de atuação do INEP, através dos Arquivos Históricos sob a coordenação do Centro de Estudos de História e Antropologia, foi a de percorrer em quase todo o país, no âmbito de um projeto de pesquisa para a recolha ou coleta e tratamento de depoimentos sobre aspetos socioculturais usando o gravador à fita com vista a formação de acervos (audiovisuais), textuais e iconográficos através de registos de depoimentos de pessoas detentoras de fontes orais, experiências de vida de pessoas influentes ou anónimas que participaram nos diversos eventos da vida do nosso país, evitando desta forma que milhares de pessoas desapareçam com os seus saberes por falta de oportunidade de um dia terem sido escutadas.

A maior parte das informações recolhidas são textos da tradição oral: relatos, contos populares, adivinha, canções, entre outros, que sempre estiveram presentes no

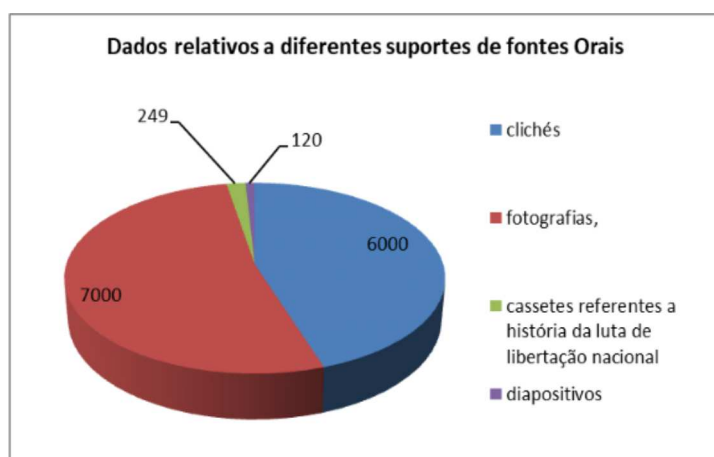
---

<sup>11</sup> No crioulo da Guiné-Bissau “Djidiu” significa “contador de histórias”. Não de qualquer história, o Djidiu é o responsável por passar as histórias de uma geração para outra, é um músico, um artista que só pode dizer a verdade.

imaginário da sociedade guineense e história da luta de libertação nacional, narrados pelos seus atores e testemunhas. Os documentos obtidos representam dados que retém e codificam, principalmente em forma oral, a informação memorizada pelos testemunhos oculares que vivenciaram eventos históricos e culturais da sociedade, e visa assegurar a sua difusão às gerações presentes e futuras.

No todo, foram recolhidas através dos Arquivos Históricos Nacionais um conjunto de documentos audiovisuais com cerca de 6.000 clichés, 7.000 fotografias, 249 cassetes referentes a história da luta de libertação nacional e 120 diapositivos.

**Gráfico 1:** Dados relativos os diferentes suportes das fontes Oraís.



**Fonte:** *Revista de estudos guineenses - Soronda* (Sane, 2000, p. 207)

Entretanto, a grande maioria desses importantes acervos orais foram vandalizados e saqueados com a ocorrência da guerra civil no país, entre 1998 e 1999, que destruíram quase que totalmente as instalações dos Arquivos Históricos e da Biblioteca Publica, tendo as coleções e os acervos ficado reduzidos ao mínimo.

#### **4.2 A Génese da Literatura Colonial: base epistemológica da formação de coleções e acervos documentais**

O trabalho de Amado (1990), por exemplo «A literatura guineense», serviu-nos de elemento inspirador despertando uma curiosidade para compreender a génese da literatura guineense que, depois, tem constituído principais fundos do «Museu da então Guiné portuguesa» composto por um Arquivo histórico e uma Biblioteca que tem gerado as coleções daquelas que viriam a ser hoje a Biblioteca Pública e Arquivos históricos do INEP.

Historicamente, a formação do património documental acompanhou relativamente o processo da história colonial e a formação do Estado no período pós-independência. Compreendê-lo é compreender a história da sociedade guineense. Buscando uma leitura sobre a génese dos acervos e coleções documentais referentes à Guiné, procurou-se trazer à luz a presença de algumas literaturas produzidas no âmbito do império colonial português, que remonta do século XVII, e que vem revelando a vida dos africanos, certamente em situação de dominados, mas que não tinham hábito de conservar elementos essenciais das características específicas de alma das suas culturas.

Aliás, admite-se que várias coleções e manuscritos dessa época não estavam disponíveis ao grande público, a sua maioria permaneceu inacessível a um investigador comum. Pois como se sabe, o acesso às fontes da história colonial nunca foi tarefa fácil para os pesquisadores<sup>12</sup>, sendo guineense ainda se torna mais complicado. Pelo que a política colonial nunca permitiu o acesso em massa à cultura e à instrução aos guineenses, tal fenómeno explica em medida considerável as razões por que na Guiné colonial nunca existiu um movimento literário ou cultural que pudesse de algum modo constituir embrião da literatura nacional e fomentar práticas de leitura, à semelhança de outros países das ex-colónias portuguesas.

---

<sup>12</sup> Bibliografia relacionada com as coleções antigas e raras é quase inexistente no país, várias obras dos séculos passados ficam restritas a bibliotecas e arquivos em Portugal e outras paragens pelo mundo fora.

Aqui, é importante sublinhar que foi a partir do século XIX que acervos de livros e manuscritos começam a ganhar espaço na Guiné, momento em que foi instalada a primeira tipografia na Cidade de Bolama, o que permite dar impulso ao surgimento das primeiras produções escritas e impressas. Isso, depois da separação do governo indireto desde Cabo-Verde, em 1879<sup>13</sup>. Pelo que, alguns anos depois, passou a circular o primeiro *Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné Portuguesa*, cuja primeira edição data de 1880 (Amado, 1990, p.73-93). Este foi dos raros se não o único documento que atravessou todo o período colonial, apesar de alguns pequenos intervalos, foi publicado até 1974. Depois do nascimento deste primeiro periódico, se assinala a presença de certas publicações surgidas nessa época, constituindo-se os primeiros acervos documentais que emergiram na Guiné, de entre os quais podemos citar alguns, como:

- Manuscrito da *Crónica da Guine*, de Zurara<sup>14</sup>, descoberto em 1837 por Ferdinand Denis, na Biblioteca Real de Paris.
- *Novo Almanaque* da literatura oral de diversos grupos foi destaque dos trabalhos de Marques de Barros publicados *de 1875 e 1892*.
- Cantos e contos dos Balanta e Beafada foram publicados *no Almanaque Luso-Africano em 1899*;
- Em 1900, foram publicados na revista *Literatura de Negros*, o resultado da recolha de contos e parábolas em língua papel e mandinga, além de canções em crioulo (*kriol*).

---

<sup>13</sup> A Guiné era administrada como uma colónia das ilhas de Cabo Verde até 1879, altura em que foi separada das ilhas, para passar a ser governada autonomamente.

<sup>14</sup> Zurara (1410-1474), também grafado como Gomes Eanes de Azurara, foi Guarda- Conservador da Livraria Real, cerca do ano de 1451. Foi, depois de Fernão Lopes, em 1454, Guarda-Mor da Torre do Tombo.

Figuram entre outras contribuições, o cónego Barros, colaborador da *Revista Lusitana*, onde, sob o título «O Guineense», publicou vários artigos sobre as línguas da Guiné e tantas outras obras.

Salvo raras publicações de carácter jornalístico, parece-nos que só a partir da primeira metade do século XX, período que marcou o início da colonização efetiva do território da então província da Guiné, se iniciou a emergência de coleções de livros, brochuras, periódicos e documentos de carácter literário e administrativos.

A onda de romancistas, da década de 1890, começa a pensar sobre a questão da colonização em termos políticos. Convém que se diga que o aparecimento das fontes escritas referentes a Guiné colonial vulgarizou-se na década de 1990, com o aparecimento de obras literárias de alguns autores, nomeadamente: Landerset Simões publicava *Babel Negra*, em 1935, para a vulgarização da etnografia, arte e cultura das comunidades da Guiné; Fernanda de Castro e Fausto Duarte dedicavam a vida da colónia em vários «romances» e em 1938, João Barreto dava início à *História da Guiné* e sobretudo Carvalho Viegas fixava, em 1936 e 1940, os três volumes da *Guiné-Portuguesa*.

Ao que tudo indica, os primeiros jornais que circularam na Guiné datam da década de 1920, quase todos tiveram uma vida muito curta, alguns não tendo sobrevivido por muito tempo, o que mostra que pouco havia para comunicar e pouca gente alfabetizada em condições de receber informações através da imprensa. São exemplo desses primeiros jornais: *Ecos da Guiné* (1920), *A Voz da Guiné* (1922) e *Pró-Guiné* (1924). O *Bolamense*, que surgiu em 1956, sem dúvida foi o jornal guineense de maior impacto cultural e literário. Destaca-se também o aparecimento do *Comércio da Guiné*, órgão dos interesses económicos da colónia, que de acordo com Fonseca (2016, p.128), foram publicados 20 números entre 1930-31.

Existiram outros jornais, também na década de 1930, os quais se presumem ter apenas uma edição: *15 de agosto* (1932), *Sport Lisboa e Bolama* (1938) e *Guiné Agradecida* (1939) e *Arauto* (1943).

Nessa época, as fontes de informação eram escassas não havia nenhuma biblioteca pública implantada na província, o que tornou a consulta dos raros acervos disponíveis mais frequente. É nesse contexto que a metrópole se interessou a enviar para a Guiné as primeiras missões científicas no domínio das ciências sociais e humanas, que iniciam os seus trabalhos, as missões Geo-hidrográficas, zoológica, seguidas de missões antropológicas, etnológicas, geográficas, geológicas, físicas e humanas. Assim, começaram a surgir algumas coleções reunindo um vasto espólio de obras, trabalhos e coleções de objetos, com a criação do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, em 1946.

De acordo com Fátima Cristina Leister (2012) na sua obra de dissertação intitulada «Um Prefácio a povos da Guiné-Bissau: Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa (1946 e 1973)», “O *Boletim Cultural*, ao longo dos 28 anos, publicou ininterruptamente desde a existência (1946-1973), 110 números e impressas mais de 23 mil páginas, cada edição trazia, em média, 225 páginas” (Leister, 2012, p. 57).

Segundo essa autora, as páginas deste órgão de informação de poder colonial estavam organizadas nas seguintes secções:

- *Crónica da Colónia (Crónica da Província*, a partir de 1951): fornece informações sobre o quotidiano das instituições coloniais descrevendo os eventos oficiais, discursos proferidos, visitas recebidas e efetuadas, etc.
- *A seção de Livros e Publicações* tratava de compilar tudo o que fosse publicado sobre a Guiné.
- *A seção Aspectos e tipos da Guiné Portuguesa e Etnografia*, inclui no sumário das edições a partir do nº 61 (1961), embora já existisse desde o nº 3, de 1946, ao todo traz um total de 438 fotografias, na maioria retratando representantes de povos autóctones

- A seção *Económica e Estatística* tratava de temas relacionadas com assuntos sobre economia, finanças, transações comerciais da colónia com a metrópole, demais colónias e outros países, bem como trazia a contabilidade final das exportações e importações.

No entanto, a explosão quantitativa da documentação nos anos 60 e 70 é um fenómeno ligado à luta de libertação nacional levada a cabo pelo PAIGC e à estatura de Amílcar Cabral. Começa assim a surgir de ambos os lados diversos tipos de documentos: militares, administrativos, diplomáticos, social-económicos, mesmo etnográficos e até literários.

Conforme foi apontado por Melo (2014, p.177), o “Centro de Estudos da Guiné Portuguesa” e respetivo boletim cultural surgem nesse âmbito, com objetivo de divulgar as pesquisas e principais ocorrências da colónia, num esforço de expansão colonial que viria a culminar com a criação e organização do Museu da Guiné Portuguesa e publicação do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*.

#### **4.3 O triângulo Museu, Biblioteca e Arquivos coloniais: início da institucionalização de conservação da memória Colonial**

A preocupação com a organização, preservação e divulgação do património histórico-documental do império colonial faz com que fosse criada a tríade Museu-Biblioteca-Arquivos. Essas três instituições tinham como missão fundamental reunir as coleções de arte e documentação necessária ao conhecimento e ao estudo dos povos autóctones e facilitar aos investigadores o acesso aos documentos com interesse para a investigação. A criação destas instituições marcou certamente um período de consolidação do aparelho colonial.

Buscando compreender de que forma a Biblioteca e Arquivos, funcionando como apêndice do Museu da antiga Guiné Portuguesa, contribuíram no processo de salvaguarda do património cultural ou documental, esta secção tenta explicar o papel dessas instituições na construção da memória coletiva tal como ela é vista e

compreendida hoje. Sem dúvida, na Guiné-Bissau o museu da Guiné-Portuguesa desempenhou papel pioneiro no processo de institucionalização da proteção e preservação do património histórico-cultural, ilustrando desta forma o interesse do império colonial Português pelo património material e imaterial dos povos colonizados.

Assim, podemos situar as origens da noção de preservação da memória coletiva da Guiné na década de 1940, quando foram iniciadas obras notáveis de fomento e valorização cultural, com destaque para a criação do Centro de Estudo da Guiné-Portuguesa com as suas dependências Museu/Arquivo e Biblioteca. Isto, na sequência das comemorações do V Centenário da descoberta da Guiné, que decorreram em 23 de julho de 1945, num esforço de desenvolvimento da colónia, que criou ambiente para o nascimento do Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa. A administração colonial criou arquivos e museu da Guiné que se tornaram, a partir da década de 1940, locais de informações sobre cultura e história africana para permitir um melhor conhecimento dos povos deste território e, assim, facilitar políticas coloniais.

O Museu torna-se a partir desta década local de informações sobre culturas e histórias dos povos africanos, permitindo o melhor conhecimento destes e, assim, facilitar políticas coloniais. Deste modo, o Museu reflete uma nova forma de patrimonialização dos trajes culturais de diferentes grupos etnolinguísticos constituídos em memória colonial. Assim, a atual conceção do património histórico-documental na Guiné-Bissau pode ser entendida como emanação da administração colonial e missionários portugueses. Estes eram agentes da afirmação do poder cultural Portuguesa. Por isso, o essencial do património documental colonial reside numa conceção baseada essencialmente em adoção de valores culturais e religiosos Portugueses. Neste processo, embora os valores culturais dos povos dominados sejam objetos de estudos, mas, certos valores essenciais da sua tradição cultural (contos, lendas, proibições; práticas intangíveis) não eram tidos como fazendo parte do património cultural a ser valorizado. Naquela época, o património intangível não fazia parte do conceito de património cultural.

Vale ressaltar que, do ponto de vista conceitual, o Arquivo, a Biblioteca e o Museu possuem características em comum, ou seja, são responsáveis pela coleta, seleção, organização, tratamento e divulgação das informações registadas em formas de documentos em variados suportes. Diferem, todavia, no modo como tratam a informação, pois cada instituição representa uma área bem específica da cultura material, científica e espiritual da sociedade.

A criação do «Centro de Estudos da Guiné Portuguesa» e o nascimento do *Boletim Cultural* permitiu de algum modo projetar a criação do Museu, em 29 de novembro de 1947, com objetivos de coletar documentos coloniais (jornais, livros, obras literais, atas relatórios, documentos escritos e testemunhas orais das populações autóctones). A partir daí, surgiu interesse crescente por parte do Estado colonial em constituir coleções que dessem origem à Biblioteca Nacional da Guiné, criada em 1970 por elevação de categoria da biblioteca existente no Museu.

**Diagrama 1:** Estrutura do Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa



Fonte: Elaboração própria

Foi nesta ordem de ideia que, em 1949, foi concedida ao membro correspondente Fausto Duarte uma bolsa de estudo nos arquivos e bibliotecas de Lisboa, para proceder à pesquisa e cópia de documentos relativos a Guiné. Rapidamente os Arquivos e a Biblioteca viram seus acervos aumentados através de uma campanha de

recolha de cópias de documentos nos arquivos e bibliotecas da metrópole, com documentação histórica e materiais constituindo uma secção de história.

Ao mesmo tempo, em 1948 promoveu-se a vinda à Guiné de Martins da Costa, que pintou numerosos quadros sobre paisagens e populações guineenses, o que vem traduzindo a vontade política do regime colonial de construir três novas instituições (Museu, Arquivos e Biblioteca) formando as suas respetivas coleções para conservar a esfera de influência das suas colónias em África.

Algumas centenas de volumes adquiridos nesse quadro foram juntando aos que por oferta e permuta com publicações do centro de estudos vinham sendo recebidas de numerosas instituições académicas e Culturais dentro e fora do império colonial Português. Era notório a escolha seletiva do passado a revalorizar nas três instituições.

**Imagem 1:** Museu da Guiné-Portuguesa, na praça do Império.



Fonte: blogue Triblov <sup>15</sup>

Não obstante o tal esforço, certo é que, devido ao laço geográfico e histórico que uniu este território com os países vizinhos, há evidências da existência de obras literárias<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Foto Publicada e obtida através do blogue Triblov. Acedido em:

[http://triblov.com/guinea\\_bissau/guine-bissau/index.htm](http://triblov.com/guinea_bissau/guine-bissau/index.htm) (28 de março 2016).

<sup>16</sup> O proeminente estudioso para assuntos lusófonos da África Ocidental Francesa (AOF) René Pélissier, no seu périplo a África, que o levou a Angola e Moçambique, publicou várias obras referentes à

e documentos que se relacionam com a então província da Guiné, dispersos e conservados em bibliotecas e arquivos dos países que compõe a antiga África Ocidental Francesa (AOF), que ficaram fora do Museu.

O ponto de partida para a constituição de um acervo colonial ficaria dependente dos interesses comerciais e será sob esta perspetiva que se julga poder vir a surgir as doações de livros no seio da Associação Marítima Colonial (AMC) criada em 1839. Contudo, algumas pesquisas<sup>17</sup> revelam que, face às carências com boas instalações, a documentação histórica teria sido conservada em condições precárias o que terá ameaçado ou destruído parte dos fundos. Talvez seja esta razão que levou o governo colonial a enviar alguns documentos para arquivos históricos de Lisboa.

A Biblioteca abriu as portas ao público em 15 de março de 1952<sup>18</sup>, com um acervo que rondava em 6.906 espécies, constituídas por 2.945 monografias e 3.961 publicações periódicas, das quais 613 publicações referentes a Guiné e da África, constituídas na sua maioria de filosofia, geografia, literatura, história, religião, física, tratados, poesias, entre outros.

Na altura, não havendo qualquer biblioteca pública, a biblioteca do Centro de Estudos, além da função de reunir livros e publicações, vinha também a ser atribuída a missão de constituir na província, uma bibliografia não só referente diretamente à Guiné, mas também às questões que se relacionavam com África (Pelissier, 2001). As coleções visavam satisfazer basicamente as necessidades pessoais e profissionais dos investigadores e agentes europeus da administração colonial de um lado, e uma pequena elite africana, que tinha possibilidades materiais e o estatuto de aceder à educação formal ou cultura e a civilização europeia, do outro, para o exercício das suas funções.

---

Guiné, com base em fontes primárias e secundárias, reunindo um vasto património documental para o efeito.

<sup>17</sup> *BCGP*, v. III, n.32 1953, p. 633

<sup>18</sup> *BCGP*, v. III, n.31, 1953, p. 599

Contudo, não devemos olhar para a produção do Centro de Estudos apenas como propaganda ao regime. A qualidade das suas investigações em campos como a biologia, a antropologia, a geografia e muitos outros faz com que este precioso espólio ainda hoje seja útil muito para além do mero interesse histórico. É de notar que o atual INEP surge da extinção/reorganização do anterior INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica) que, precisamente, tinha sido criado no período pós-colonial como continuação lógica do Centro de Estudos, integrando toda a sua biblioteca e documentação.

## **5. O PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA, DE 1973 a 1980: desafios da construção de um estado-nação**

### **5.1 Obras de reconstrução nacional face aos desafios da educação e da cultura**

A proclamação unilateral do Estado da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973, marca o início do rumo político de um novo Estado, deixado agora totalmente nas mãos do povo guineense, melhor dizendo, nas mãos dos seus dirigentes políticos. Após um longo período de guerra e de muito sofrimento, iniciava uma nova era, a euforia abriu campo às obras para a árdua tarefa de reconstrução nacional e trouxe a esperança para a reconstituição de fragmentos da história nacional pouco memorizada.

O grande desafio posto nessa altura era definir o que conservar, onde guardar, como fazer para bem guardar os bens culturais e porque guardá-los. Por outro lado, questionava-se também a importância das obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico, bibliográfico, arquivístico, cartográfico e arqueológico que constituem fontes históricas da herança colonial para o desenvolvimento nacional, na perspectiva destes serem imprescindíveis à reconstrução da história nacional, não só cronológica, mas também crítica e científica.

Daí, num contexto onde tudo estava por construir, emerge a preocupação com a reposição das infraestruturas destruídas durante 11 anos de guerra. Impunha-se antes a organização da administração do Estado, criação das instituições estruturantes da sociedade, e a construção da própria Nação. Os valores culturais vão desempenhar papel importante na construção da nova Nação. Desta forma, segundo as palavras de Moema Parente Augel, (2007) «Não se deve considerar a nação somente como uma unidade política, mas sim como um sistema de representação cultural».

Na mesma ordem de ideia, Moema Parente Augel (2007) reafirma:

É verdade que as instâncias culturais, tais como a língua, religião discurso identitário, fazem parte integrante das identidades culturais nacionais, mas igualmente as representações simbólicas são elementos constitutivos básico da arquitetura do edifício da Nação. (p. 273)

É certo que a construção da Nação, ou a busca de uma identidade nacional, não é um processo de fácil concretização. Novos tempos abrem-se, começa uma dura fase, a criação de um novo Estado-Nação se impõe: um Estado como organização política e jurídica e uma Nação forjada no sentimento de nacionalidade, de patriotismo, de unidade e da identidade nacional.

Num contexto particularmente difícil, as novas autoridades conscientes do alto nível de analfabetismo da população, ficaram submersas faces aos enormes desafios que se impunham, onde tudo era prioridade e no qual se destacava a reestruturação e expansão do sistema de ensino geral, tendo como metas abranger toda as camadas de população em todo o território Nacional. Outro grande desafio que se colocava era de ordem cultural, pois a língua herdada da colonização continuava a ser o principal instrumento da ação cultural. Nesse sentido, o sistema educativo viu-se confrontado logo com duas visões distintas de sistemas educativos: o sistema educativo colonial e o sistema educativo inspirado da luta de libertação.

Nessas condições, era inevitável o choque entre os dois sistemas educacionais diametralmente opostos. Não era possível a coexistência dos dois sistemas antagónicos, o sistema introduzido pelos Portugueses centrado nos meios urbanos, baseado num ensino elitista e estranho à realidade sociocultural local, alienante e discriminatório, opunha-se a um processo de formação que se estruturava num modelo criado durante a luta, no qual a escola era associada ao trabalho produtivo e às atividades escolares normais, no intuito de combinar trabalho e estudo.

A reorganização do sector da educação e da cultura tornou-se um desafio estratégico para a jovem nação em construção, diante de um vazio institucional e jurídico e,

sobretudo, a falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Perante o elevado passivo inerente às destruições das infraestruturas, fragilidade da economia e a falta de quadros, Alexandre Furtado, ao examinar a questão da educação, na sua tese de doutoramento intitulada *Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades*, traz uma reflexão interessante quando expressa que:

Após a independência, em 1974, o país encontrou-se, de repente, perante um gigantesco dilema: i) construir um novo sistema educativo para um novo contexto social, orientado para objectivos genuínos, decorrentes dos novos ideais político-ideológicos forjados durante a luta da libertação nacional, enfrentando limitações em termos de experiência, de recursos humanos qualificados, de infra-estruturas, de meios financeiros, embora contando com a manifesta solidariedade da comunidade internacional, dos países e organizações amigas ou; ii) prosseguir com um sistema educativo herdado, estranho, construído na óptica da dominação colonial, altamente discriminatório e selectivo, introduzindo nele modificações pontuais para fazer face à inevitável explosão escolar, enquanto se construía paralelamente o novo sistema. (Furtado, 2005, p. 1)

Para reverter o quadro sombrio, lançou-se um novo desafio que necessariamente passava pelo investimento no sector da educação e pela criação de condições para que a cultura e o saber fossem acessíveis a todos, proceder reformas tão desejadas e necessárias. No entanto, a estratégia de incorporar as duas dimensões: a cultura e a educação foram consideradas bases necessárias para atingir os objetivos, enfrentar o desafio e fundamentos do processo revolucionário. Desta forma, Sara Gomes Santana, citando palavras de Cabral, aponta que “Base fundamental para o cumprimento desse objetivo era a valorização, a afirmação e a preservação daquilo que considerava como sendo os aspetos positivos da cultura guineense num esforço de resistência cultural face às tentativas opressoras do país colonizador (Santana, 2015, p. 21).

No entanto, notava-se a pertinência em se associar a educação e a cultura como eixos fundamentais para o processo de luta para o desenvolvimento. Aliás, o próprio Amílcar Cabral, analisando a luta de libertação como "um fato cultural e um fator de

cultura”, sublinhava a necessidade do estabelecimento de uma política de prioridades para esses dois sectores complementares.

## **5.2 Novos desafios da preservação da coesão social e a identidade nacional: a busca de um conceito de Estado-Nação**

Porém, se é verdade que a conquista da independência e a criação do Estado soberano foram consagrados no programa menor do PAIGC, não é menos verdade que este foi cumprido com sucesso e termina com o processo de transferência da soberania total e definitiva. O que está por cumprir e longe de ser materializado é o programa maior (PAIGC, 1973, p.10), cujos principais eixos foram: o desenvolvimento socioeconómico e cultural do país. Nesse caso, o programa maior pode ser resumido a um único pilar, “a Educação”, pois a educação envolve várias dimensões, desde as dimensões culturais, até as dimensões económicas e financeiras, passando por considerações políticas, institucionais e sociais. Desta forma, investimentos consideráveis foram feitos no sector social, particularmente na educação, para recuperar o tempo perdido ou atraso da herança colonial em matéria da educação.

A propósito, o pedagogo Brasileiro Paulo Freire (1978) afirmava, citando Mário Cabral<sup>19</sup>:

Sabemos, diz Mário Cabral que 90% de nossa população, ou um pouco mais, são camponeses. O ensino que vamos organizar vai levar este fato em consideração e será, portanto, dirigido para o campo. O aluno, através dele, deverá poder participar, como sujeito, enfatiza Cabral, das transformações necessárias de sua comunidade. (p.40)

Uma vez conquistada a independência política, assumiu-se o português como a língua oficial, da cultura, do ensino, da ciência e dos documentos oficiais e, sobretudo, instrumento da ação cultural para o progresso social, económico, científico e educativo. Abre-se assim caminho para o processo de reconstituição da memória e da

---

<sup>19</sup> Comissário para Educação e Cultura, em 1976.

identidade num contexto emergente de edificação da Nação, marcado pela necessidade de implementar projetos culturais sustentáveis como pilares de desenvolvimento. A construção do conceito de património cultural era perceptível. Daí, começaram a ser entendidos os bens patrimoniais, como aqueles que podem ajudar na formação e consolidação dos Estados-Nação

Foram consentidos grandes esforços no sentido de criar identidade nacional baseada no partido-Estado centralizado. A adoção do Português como língua oficial foi uma tarefa árdua, principalmente no que diz respeito à diversidade linguística e cultural, embora mantendo-se o crioulo, como língua dominante, falada por toda a população. A promoção desta língua veicular constitui, sem dúvida, um imperativo para unidade nacional e fator de coesão.

### **5.3 Era preciso livrar-se de vestígios coloniais?**

Neste contexto, a preservação do património histórico-cultural colonial não parecia encontrar um grande entusiasmo, obviamente por razões histórico-ideológicas embora se reconheça nele importância para o processo do desenvolvimento do país. Pois, os bens culturais do passado colonial foram vistos como carregados de marcas de cultura Europeia assimilacionista e antimarxista. Nesta fase de reconstrução do país, a cultura ocupou um lugar de destaque. O duplo processo de consolidação da independência e do desenvolvimento fundamentaram-se na salvaguarda de valores culturais, um considerável processo de reorganização estrutural da cultura e educacional começaram a ser encaradas. Assim, o sector cultural foi instrumentalizado para servir projetos nacionalistas e para promover certas identidades nacionais consideradas mais representativas da ideologia do partido no poder.

Esta fase heroica de implantação e consolidação de estruturas do Estado foi acompanhada por uma campanha de “desmistificação cultural e artística” orquestrada pelo PAIGC e que resultou na destruição de muitos objetos culturais. A propósito, vale

lembrar que num seminário de quadros do PAIGC, realizado em Conacri, de 19 a 24 de novembro de 1969, Amílcar Cabral, ao falar de resistência cultural foi enfático em defender a ideia de que “devemos limpar da nossa terra toda a influência nociva da cultura colonial” (PAIGC, 1973).

Isto, numa altura em que a maior parte das instituições, que supostamente simbolizam o Estado-nação possui a marca de colonização, porque foram criadas a partir do processo de colonização. Desta forma, o discurso político mudou e as práticas mostram o quanto irrelevante era preservar patrimónios culturais mantidos nas estruturas transportadas do regime colonial valorizando apenas aquelas trazidas de luta de libertação. Nesse período, aconteceram várias tentativas sem grande sucesso no sentido de proteger bens culturais, atormentados por problemas de vária ordem, desde as instalações inadequadas, a falta de equipamentos até aos recursos humanos qualificados.

## **6. UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL: Ensaio, trajetórias e contextos**

Este capítulo examina as políticas públicas de salvaguarda do património documental, em diferentes fases da construção do estado guineense, e procura fazer análises críticas de políticas culturais, muitas vezes desconectadas das realidades vividas pelas populações. Discute-se ainda a noção do conceito de património documental na sua trajetória ao longo da história recente do país, além de indicar o valor pelo qual passou ao longo do tempo e como foi se alterando durante o período colonial, passando ao tempo pós-independência até aos dias atuais, como forma de observar a percepção do conceito de património documental e sua relação com os diferentes contextos.

Pretende-se ainda com este capítulo, discutir políticas públicas guineenses voltadas à valorização de bens culturais, sua legislação, o contexto histórico, institucionalização das práticas de preservação, onde entra a missão dos Arquivos e Biblioteca Pública Nacional, sob tutela do Instituto Nacional de Estudos (INEP), no processo de construção e proteção do património documental como cerne da pesquisa.

O aspeto à volta do qual se centra a nossa investigação prende-se com o aparecimento e evolução do conceito de património documental como elemento construtor da identidade coletiva, na linha dos raciocínios que temos vindo a desenvolver nos capítulos anteriores. As conjunturas políticas e sociais vividas durante várias épocas determinaram, em certa medida, as ações de salvaguarda do património documental. Tentámos obter uma visão geral sobre políticas públicas do património documental na Guiné-Bissau, mas as perguntas que se mantêm são muito mais do que as respostas que obtivemos.

As grandes dificuldades que enfrentamos têm a ver com escassez das fontes, porque há muito pouca bibliografia sobre a temática que pode ser explorada. A única forma que poderíamos recolher informação mais adequada no que diz respeito a essa época era recorrer a entrevistas de testemunhas desse período. Neste sentido, conseguimos recolher algumas informações junto do historiador Mário Sissoko<sup>20</sup>, um quadro sénior que esteve sempre ligado à gestão do Arquivo do PAIGC em Conacri, durante a Luta de Libertação. Não obstante os seus relatos não se basearem tanto sobre o estado de conservação dos acervos documentais, o seu testemunho não deixa de constituir um subsídio relevante para o entendimento de como era o estado de conservação dos acervos documentais desta época.

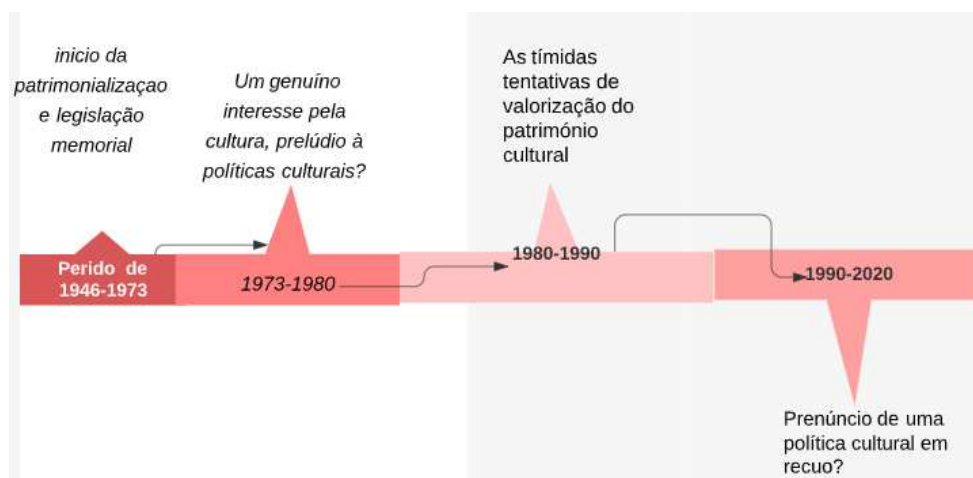
Assim, conforme nos foi dado a conhecer por Mário Sissoko (conversa informal realizada em setembro de 2018), se tivermos em conta as perspetivas históricas em termos de políticas da proteção e preservação do património histórico-documental, podemos então dividir o tempo que decorreu desde a época colonial até aos dias atuais, inclusive, em 4 períodos:

- Primeiro período: foi o período colonial, que vai de 1946 à 1973.
- Segundo período: decorre desde a década de independência de 1973-1980
- Terceiro período: decorre desde meados de 1980 até 1990, ou seja, a década de 80.
- Quarto período: de 1990 aos dias atuais.

---

<sup>20</sup> Citamos informações fornecidas pelo próprio: “Eu formei-me na história, na antiga união soviética, na altura de luta de libertação nacional eu era responsável pela compilação das memórias da luta armada pela independência da Guiné-Bissau. Fui encarregado de arquivo morto do secretariado do PAIGC em Conacri entre 1966 e 1968, também nesse período, eu era encarregado da biblioteca do partido, que se situava mesmo ao lado do gabinete de Amílcar Cabral, ainda ajudava na tradução das publicações de propaganda do partido para o francês. Depois da independência, isto é de 1975 a 1976, fui Diretor do Museu Nacional integrado ao comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura. De 1976-1984, desempenhei a função do vice-coordenador-geral do Conselho Nacional da Cultura, isso, na qualidade Diretor do Instituto Nacional de Investigação Científica, que integrava componentes de Museu e da Biblioteca.”

**Diagrama 2:** Friso cronológico de conceitos e Trajetórias do património documental.



Fonte: Elaboração própria

Esta divisão tem relevância no facto de ter havido altos e baixos na trajetória de políticas de preservação do património documental, mas também facilita o respetivo enquadramento histórico, face aos acontecimentos mais relevantes entretanto ocorridos ao longo de mais de 5 décadas que marcaram a história contemporânea da Guiné-Bissau.

Nos subcapítulos seguintes vamos procurar caracterizar estes quatro períodos, dando conta de alguns elementos que podemos apontar como mais relevantes em cada um desses momentos.

### **6.1 Primeiro período - Política colonial de preservação do património, de 1946-1973: Entre patrimonialização e legislação memorial**

O período colonial, compreendido entre 1946 a 1973, foi ponto de partida para tentativas de criação de um regime jurídico da proteção do património cultural, foram então implementadas as primeiras ações pontuais de conservação dos bens culturais.

No entanto, a lei era um instrumento essencial do poder colonial, embora se reconheça que as iniciativas coloniais de proteção do património se limitavam ao património de conceção ocidental, porque certas práticas tradicionais guineenses da época eram descritas como retrógradas.

O Museu e suas dependências (Arquivos e Biblioteca) constituíram engrenagem importante da política colonial de preservação do património histórico e cultural. Com vista ao seu funcionamento, a administração colonial criou uma série de textos legislativos e regulamentos. Em 1945, Sarmiento Rodrigues toma posse como governador da Guiné, e amparado pelo artigo n.º 31 do ato colonial, e pelo artigo n.º 37 da Carta Orgânica do Império Colonial Português, criou em 21 de julho de 1945, o *Boletim Cultural* como órgão de informação e cultura, cujo primeiro número saiu em janeiro de 1946.

Foi após a criação de um «Centro de Estudos», através da portaria de 3 de dezembro de 1945, que se traçou o rumo da nova revista colonial. Um dos objetivos vislumbrava uma nova visão colonial, a de promover o desenvolvimento cultural da Guiné com a institucionalização de uma unidade de Museu.

Quase dois anos depois, o decreto n.º 36.639, de 29 de novembro de 1947, cria finalmente o «Museu da Guiné Portuguesa»<sup>21</sup>. O artigo 1º do decreto estipula que o Museu com sede em Bissau terá as seguintes secções: História, Etnografia, Ciências Naturais e Economia.

Um ano depois, isto é, 20 de maio de 1948, uma portaria do governo da colónia estabelece a organização do Museu com os seus anexos (Arquivos e Bibliotecas) determinando suas prerrogativas perante o «Centro de Estudo da Guiné Portuguesa», uma delas seria proceder ao inventário dos documentos existentes na colónia cuja recolha e preservação interessa ao Arquivo e à Biblioteca. Foi neste propósito, que em 1970 é criada a Biblioteca Nacional da Guiné, por elevação de categoria da biblioteca existente no Museu.

---

<sup>21</sup> Ver a título de exemplo o decreto no *BCGP*, v. III, n.º 32, 1953, p. 632 e 633.

Não existindo uma lei de depósito legal e de Arquivos a funcionar na colónia, considera-se o decreto n.º 19.952, de junho de 1931, que institui a criação dos serviços das bibliotecas e arquivos nacionais de Portugal e dos territórios ultramarinos. O decreto n.º 36.639, de 29 de novembro de 1947, que criou o Museu, vem reforçar o quadro orgânico legal que assegura a coleta, preservação e formação da Coleção da Memória colonial.

Não obstante problemas que se colocava com pessoal especializado para a organização do Museu, o arquivo histórico e Biblioteca Nacional, no artigo 2º do mesmo decreto, fixa a nomeação de 1 conservador nomeado pelo governador, secundado por 1 arquivista e assistidos por servente ou contínuo.

A fim de se tornar acessível o acervo da Biblioteca e dos Arquivos, a mesma legislação determina a modalidade e condições de acesso e de consulta quer para os documentos confidenciais, que requer a autorização do governador, assim como os documentos de carácter geral.

## **6.2 Segundo Período - A década de independência de 1973-1980: Um genuíno interesse pela cultura, prelúdio das políticas culturais?**

Os primeiros anos da independência, de 1973 a 1980, foram marcados por momentos de euforia no esforço de reconstrução da enorme destruição das infraestruturas causada pela guerra, o que provocou a necessidade de reconstituição dos fragmentos da história nacional, onde importantes iniciativas de transformação, reconhecimento e valorização do conceito do património cultural tiveram lugar. Ficou claro, portanto, que a cultura era parte do projeto de desenvolvimento, pese embora a sua materialização ficasse ofuscada com o movimento reajustador de 14 de novembro de 1980.

Não obstante algumas ações feitas a favor da cultura, com a crise vivida nos primórdios da independência, todo um quadro de assuntos urgentes por atender estavam à vista e a cultura foi tida em conta na agenda política do Estado, ainda em

fase da consolidação. O Primeiro governo do PAIGC, liderado pelo presidente Luís Cabral, deposto por golpe militar em 1980, implementou o que se poderia chamar de primeiras tentativas de implementação de políticas públicas no sector da cultura. Apesar dos conflitos ideológicos próprios daquele momento histórico, foram tomadas algumas de medidas no sentido de cimentar bases de proteção e preservação e conservação do património cultural,

Nesse quadro, foi nomeado por decisão de Conselho dos Comissários<sup>22</sup> Nº 7/77, de 9 de abril de 1977, Mário Pinto de Andrade, Coordenador Geral do Conselho Nacional de Cultura, tendo logo apresentado o seu plano para valorização da cultura como roteiro para criação do sentido de identidade nacional. Esse plano foi adotado pelo então Estado em formação, com apoio das organizações internacionais, na qual se destaca naturalmente a UNESCO.

Na preocupação com a reconstituição do repositório documental fracionado do período colonial e da luta de libertação, levou Luís Cabral, o primeiro Chefe de Estado da República da Guiné-Bissau independente em 1973, a fazer uma proposta a Breda-UNESCO para elaboração de um projeto de proteção e salvaguarda de patrimónios culturais.

Nesse propósito, em agosto de 1976, o “Conselho Superior da Luta”<sup>23</sup>, nas suas reuniões, decidiu aprovar um documento orientador das linhas mestras da política cultural através da criação de instituições e programas específicos. Todo um aparato normativo, linhas de orientação, prioridades, meios de sua materialização e programa de ação imediata foram redesenhados como eixos de políticas culturais. Tudo isso, com base na convicção de que o fortalecimento e valorização da cultura constituem armas de combate político.

---

<sup>22</sup> Decreto n.º 14/77: nomeação de Mário Pinto de Andrade para o cargo de Coordenador Geral do Conselho Nacional de Cultura. // Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau. - Bissau : Imprensa Nacional, 9 de Abril de 1977.

<sup>23</sup> In A Política Cultural na Guiné-Bissau, *O Militante*, 1, julho de 1977, p. 21.

A noção de política cultural começa, assim, a emergir nos primeiros tempos da independência e é então entendida como fator de coesão social. Em 1977, no auge da implantação de nova estrutura de Estado, o conselho de comissários criou o Conselho Nacional da Cultura, órgão responsável pela orientação e controle de execução da política cultural. Com vista a dinamização das atividades e valorização de valores culturais, desencadeia-se a criação de estruturas especializadas ou departamentos especializados.<sup>24</sup>

1. **Instituto Nacional de Investigação Científica**, cujas atribuições consistem em planificar, coordenar e administrar as pesquisas de carácter científico, criar arquivo cultural; criar o arquivo histórico; criar a galeria das artes; recolher e conservar os instrumentos de trabalho da música, da dança, e dos trajes tradicionais; criar oficina de restauração, maquetes, escultura, moldagem, e reprodução de objetos de arte; controlar e divulgar o património cultural; proceder ao recenseamento, reconstrução e conservação dos monumentos e sítios históricos; gerir as bibliotecas nacionais e regionais; gerir os museus nacionais e regionais (com excepção do museu de luta de libertação nacional e suas dependências); propor uma legislação sobre o embargo dos objetos de arte e finalmente proteger o património cultural.
2. **Departamento das artes plásticas**: coube a este departamento promover a criação artística neste domínio; proteger e encorajar os artistas e criadores e divulgar as artes plásticas.
3. **Departamento das artes Cénicas**: ficava com a responsabilidade de promover o enquadramento dos artistas das modalidades das artes cénicas: teatro, dança, ballet, música; programar a sua formação artística; organizar e produzir espetáculos.

---

<sup>24</sup> In A Política Cultural na Guiné-Bissau. *O Militante*, 1, julho de 1977, p. 24

4. Estava ao cargo do **Departamento de edição e difusão do livro**, a planificação e controlo das edições nacionais; promover as atividades editoriais, através da pesquisa e valorização de escritores e autores nacionais bem como de textos de autores estrangeiros sobre a realidade cultural africana, centralizar e controlar a importação de livros, discos e publicações, assegurar a sua difusão e administra a casa da cultura.
  
5. Para a **Comissão do Cinema**, a missão era de produzir os filmes de realizadores nacionais e estrangeiros; promover a formação de realizadores e técnicos de cinema; controlar a importação de filmes; assegurar a difusão cinematográfica; criar cinematecas e cineclubes.

A questão central do plano cultural que pudesse passar a exercer o papel construtor de políticas nacionais, estaria resolvido com a criação destes novos órgãos, cumprindo, assim, parte das metas previstas na Política Cultural. Assim, fica provado que a nova elite que assumiu o poder havia compreendido que a valorização e preservação de determinados valores culturais da sociedade era a condição indispensável à consolidação da jovem nação e afirmação de um nacionalismo exacerbado.

Procuraram, desta forma, criar uma nova nação por meio da implementação das linhas mestras da política cultural, baseada na visão de valores culturais integrados aos planos de desenvolvimento. Desta feita, partimos da hipótese de que a nação se constrói com base nos termos da proposta de José Reginaldo Gonçalves (1988), segundo os quais “A crença nacionalista na "realidade" da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu património” (p. 268).

As ações a favor do património cultural começaram a merecer destaque como elemento fundamental de edificação da jovem nação. Nesta fase de transição, em que o país lutava para fortalecer as estruturas do Estado e estimular o desenvolvimento económico e social, era preciso dar atenção ao sector da cultura, bem como patrimónios culturais herdados do regime colonial e outros gerados ao longo do processo de luta de libertação nacional com a finalidade, sobretudo, de subsidiar o

Estado na sua ação de construção da identidade cultural visando proteger sociedade à ameaças a unidade e a coesão nacional.

Embora as novas autoridades se deparassem com enormes dificuldades para fazer face ao vento da história, os imperativos de desenvolvimento económico, social, político e cultural que se impunham, levou com que fossem criadas novas expectativas com vista a modernizar e projetar planos de desenvolvimento que pudessem responder às aspirações da sociedade. Foi um período considerado de gestação no sector da cultura.

Desta forma, foram iniciadas as obras de recolha e reorganização dos acervos documentais dispersos em diferentes lugares. O historiador Mário Augusto Ramalho Sissoko viria, nesse sentido, a ser nomeado, em 19 de abril de 1975, para interinamente desempenhar o cargo de Diretor do Museu Nacional integrado ao comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura, posteriormente em 1976, Diretor do Instituto Nacional de Investigação Científica, integrando componentes de Museu e Biblioteca e Arquivos.

Foram igualmente nomeados por substituição alguns quadros do pessoal do Museu colonial entre os quais: Cacilda Marques Vieira e Zequi Chantre Ferrage, ambos aspirantes, Edwiges Inácia Aurigema de Sousa e Graça Oliveira, arquivistas, entre outros, para formar a equipa.

Cerca de 3.500 documentos encontrados em diferentes espólios abandonados e empoeirados se juntaram às coleções do “Centro de Estudos da ex-Guiné Portuguesa”, com restantes acervos dispersos, nomeadamente os arquivos do palácio do governador, que foram transferidos igualmente para esse local adaptado para servir de núcleo inicial de uma Biblioteca, Arquivos históricos e Museu, seguindo a lógica da estrutura do ex-Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa. Presume-se que não havia pessoas, na época, qualificadas para tal tarefa, e o acervo, composto pelos fundos documentais do centro de estudos da Guiné-Portuguesa e espólios de Luta de Libertação Nacional, trazidos pelo PAIGC, ainda estavam todos por organizar.

Tudo indicava que o espaço físico destinado à guarda da documentação era muito precário. Além disso, os fundos ainda não estavam totalmente recolhidos nem sua documentação estava avaliada, o que terá impedido o levantamento ou avaliação completa da documentação existente em diferentes espólios documentais, até então desconhecidos pela nova instituição. No entanto, o facto de ter havido insuficiência de pessoal qualificado impedia também que se pudesse proceder à organização e tratamento adequado da documentação.

### **6.3 Terceiro período - A década de 80: As tímidas tentativas de valorização do património cultural**

Com o acontecimento do chamado "*movimento reajustador 14 de novembro de 1980*", que derrubou o Presidente Luís Cabral, a Constituição da República foi suspensa, instituiu-se um Conselho da Revolução liderado por João Bernardo Vieira, conhecido por "Nino Vieira", cujo propósito era promover a concórdia nacional e "reajustar" aquilo que se considerava desvio da linha orientadora do PAIGC.

Foram então construídos novos cenários de esperança e de otimismo por dias melhores. Isto, no meio de um crescente mal-estar social, traduzido em desconfianças mútuas e ódios vividos nos finais da década de 70. Foi um período de incertezas quanto ao futuro que pudesse dar continuidade ao projeto de políticas culturais iniciadas no quadro das linhas mestras saídas do III congresso do PAIGC. Os obstáculos estavam à vista, sobretudo aqueles relacionados com a fragilidade das instituições, pois o governo de conselho da revolução na altura lidava com certa preocupação quanto à recuperação económica e a penúria de elementares bens de primeira necessidade.

Não obstante as dificuldades estruturais, nasce uma incipiente visão preservacionista, neste caso, com a criação, em 1983, do Centro de Estudos da História Contemporânea-CEHC (o Precursor do atual INEP). No interesse de desenterrar do esquecimento e reconstituir as fontes orais e escritas da luta de libertação nacional e

de preservar e divulgar a história recente da Guiné-Bissau. O CEHC engajou-se na senda de recolha de tradições orais, recorrendo a fontes orais primárias e secundárias, através de gravações de depoimentos e entrevistas em bobines e cassetes de áudio e todos os documentos considerados de interesse para a cultura nacional.

As principais atribuições do CEHC foram (Estatutos do INEP, 1984):

- a) Proceder à recolha e inventário das fontes históricas, dispersas em diferentes entidades do país e no estrangeiro.
- b) Proceder a recolha de testemunhas orais relativos à luta de Libertação Nacional, com vista a organizar os arquivos sonoros.
- c) Coordenar as ações de pesquisa nos domínios da história e antropologia, de etnografia, da sociologia, etc. relativo ao período contemporâneo da Guiné-Bissau.
- d) Editar textos sobre história da Guiné-Bissau.

Mais tarde, as missões do CEHC foram alargadas para outras áreas, o Decreto n.º 31/84, de 10 de novembro 1984, decidiu então criar o Instituto Nacional de Estudos (INEP), com objetivo de promover a investigação científica nas áreas de ciências sociais e realizar estudos empíricos. Importa considerar que foi sob um olhar atento e preocupado das fragilidades dos acervos e coleções documentais espalhados um pouco por todo o país com a consciência sobre sua implicação nas políticas e programas do desenvolvimento, que surgiu a ideia de criação de uma **Biblioteca Pública e Arquivos Históricos** tipo nacionais. Ao que tudo indica, a criação destas instituições corresponde a um projeto político iniciado na década anterior, apenas concretizados e amadurecido no período pós golpe militar.

Foi um período de relativa valorização do património documental, no qual foram criadas legislações específicas, como a lei de Depósito Legal para a Biblioteca criada em 1988, e a Lei dos Arquivos históricos de 1989, pese embora que as tais ações não eram necessariamente tratadas como políticas públicas premeditadas de preservação

do património documental, mas sim, como meio de fortalecimento e sustentação de programas de investigação.

O grande desafio era manter uma estrutura eficiente capaz de dinamizar atividades de preservação e salvaguarda do património documental em avançado estado de degeneração e destruição, acometido pela má conservação e o abandono.

Assim, podemos afirmar, no entanto, que ao longo do período em análise, não se pode negar algumas ações descontinuadas de políticas de salvaguarda de preservação do património documental, mas nada que se possa chamar de políticas sustentáveis, na justa medida em que as demais tentativas que foram surgindo careciam de meios tanto financeiros como materiais e, também, de balizas, de um quadro geral estruturado e de orientações concretas.

#### **6.4 Quarto período - dos anos de 1990 à atualidade: Prenúncio de uma política cultural em recuo?**

Com o passar do tempo, isto é, a partir da primeira metade de década de 90 do século passado, o rumo das políticas culturais foram-se alterando, os projetos de proteção e preservação do património documental iniciados ao longo das décadas de 70 e 80 foram alvo de um olhar diferente, adiados ou simplesmente ignorados. Desde então, o Estado deixou de promover ações diretas de vulto no campo da cultura, terminando, assim, a fase heroica da definição do conceito de património cultural e pioneirismo de políticas públicas do sector.

De recordar que, nos finais da década de oitenta, quando começou a ser implementado o programa de ajustamento estrutural, um período a partir do qual o país se encontrava mergulhado numa profunda crise económica, as estruturas políticas, económicas e culturais implantadas desde a independência começaram a atravessar período difícil. Nessa altura, o país vinha tentando ultrapassar esta crise apelando às ajudas de parceiros bilaterais e multilaterais, fundamentalmente o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Alguns analistas de políticas

económicas tinham apontado as causas do falhanço económico verificado nesse período ao sistema de partido único bem como a ausência da democracia.

No entanto, a realidade vivida nas últimas 3 décadas mostram quão as crónicas instabilidades políticas que acompanham a história recente do país têm contribuído para o agravamento do estado de patrimónios documentais. O peso das dificuldades económicas e financeiras explica, em grande medida, a insustentabilidade de projetos de curto, médio e longo prazo no sector. Num contexto onde tudo parece prioridade, os escassos meios financeiros e materiais disponíveis acabam por ser direcionados para outros sectores considerados mais vitais e prioritários. Assim, a tão desejada ligação entre a cultura e demais áreas de desenvolvimento não passou de mera intenção política.

Desta forma, podemos destacar que a década de 1990 representou uma rutura com o passado, marcado por uma relativa atenção no campo da preservação e salvaguarda do património documental, essa preocupação era testemunhada por certas realizações e ações de alcance (decretos e diplomas de regulamentação e criação de órgãos e instituições). Porém, se é certo que essas ações visaram salvaguardar a memória Nacional e promover uma política de acesso à informação, a verdade é que imensas dificuldades com que estão submetidas as instituições de património documental suscitam motivos de grande preocupação, sendo complexa e em certa medida consideradas de graves. Pois, elas vivem numa sucessiva repetição de "sem": sem espaços adequados, sem orçamento de funcionamento, sem pessoal qualificado enfim, podemos assim afirmar que existe pouca consciência sobre a relevância do seu papel para o desenvolvimento nacional.

Uma situação que Célia Costa (2000), citando P. Nora, descreve desta forma: “Em relação à memória, há uma série de situações nas quais a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de memória destruída, o que faz surgirem os "lugares" onde a memória permanece como importantes símbolos nacionais” (p. 9).

Todos ainda temos a memória do triste acontecimento de política militar de 1998, que encerrou a década de 90, tendo devastado quase por completo os patrimónios documentais do país. As instalações da maior biblioteca e dos arquivos históricos (Biblioteca Pública Nacional e Arquivos Históricos do INEP) foram um dos palcos para os confrontos militares. Nesse triste bombardeamento, milhares de documentos foram destruídos, danificados, pilhados e roubados. Trata-se de um acontecimento terrível que fez desaparecer páginas inteiras da memória de uma civilização, apagando os seus vestígios.

Do ano 2000 a esta parte, assiste-se a várias crises sociais, políticas e económicas intermitentes, que seguiram este terrível acontecimento, tendo jogado contra a preservação de bens culturais, provocando a deterioração progressiva de coleções e acervos documentais de valor único e insubstituíveis que correm o risco de desaparecimento.

A premissa, aqui, é a de que a tónica foi um recuo quanto à continuação de políticas culturais formuladas nos primórdios da independência, embora se fale tanto de ações culturais, mas, a avaliação que se faz, leva-nos a perceber que, decorridos quase 30 anos, as questões de preservação e valorização de patrimónios documentais tiveram declínios acentuados ou mereceram poucas atenções da parte das autoridades. Apesar de a Guiné-Bissau ter sido signatária de algumas Convenções da UNESCO, nomeadamente a convenção sobre a *Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, em 2003, ao longo dos últimos anos tivemos a infeliz aventura de não ver consolidada a noção de preservação do património documental.

## **7. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS ACERVOS E COLEÇÕES DOCUMENTAIS CONSTITUINTES DA MEMÓRIA NACIONAL**

O foco deste capítulo concentra-se sobre acervos e coleções bibliográficas na sua dimensão patrimonial, cujos guardiões são Arquivos Históricos Biblioteca Publica Nacional tutelados atualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, sendo o mote da nossa reflexão a sua trajetória, definição e legislações. Discute-se fundamentalmente o papel dos Arquivos Históricos e da Biblioteca Pública no projeto de preservação do património histórico-documental enquanto recurso para a fundamentação da História recente da Guiné-Bissau.

Refletir sobre acervos documentais do diversificado património documental que caracteriza a Guiné-Bissau é um exercício que possivelmente não vamos esgotar nas páginas deste capítulo. A seguir, iremos seguramente abordar com mais profundidade aspectos relacionados com documentos que constituem a base dos acervos e coleções Bibliográficas da Biblioteca Publica e Arquivos Históricos do INEP sem ignorar alguns espólios dispersos um pouco por todo o país cuja importância é fundamental para a história nacional.

O património documental arquivístico e património documental bibliográfico como bens distintos, em função da tipologia dos exemplares que lhes constituem, permanece sob a responsabilidade das duas instituições respetivas. Esse património documental depositado em bibliotecas e arquivos representa uma parte essencial da memória coletiva e reflete a diversidade de línguas, povos e culturas. Apesar de (e por causa) de suas diferenças, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional são ótimos lugares para armazenar e localizar fontes primárias em uma ampla variedade.

### **7.1. A trajetória das coleções e acervos históricos documentais**

Esta secção compreende um estudo sobre as trajetórias históricas das coleções e acervos produzidos e recebidos pela administração colonial e gerados no período pós-independência, cuja maior parte se encontra atualmente conservada na Biblioteca Pública e Arquivos Históricos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP. Uma vez que, somente verificado seu estado atual, sem que se faça uma leitura de como foram tratados e compreendidos ao longo da história recente, não seremos capazes de entender o alcance e as limitações das iniciativas levadas a cabo desde então.

Importa, no entanto, fazer uma pequena retrospectiva no tempo para compreender as etapas percorridas pelo património documental para que se entenda as circunstâncias de sua incorporação na Biblioteca e nos Arquivos Históricos do INEP. De acordo com relatos de Mário Sissoko<sup>25</sup>, com o fim do domínio Português sobre o país, em 1974, a nova administração viu-se confrontada com problemas infraestruturais, facto que levou a que as instalações do Museu da Ex Guiné Portuguesa terem sido ocupadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiro, obrigando a que as coleções e acervos coloniais que se encontravam guardados nesse emblemático edifício fossem transferidos para um outro local do recém-criado Instituto Nacional de Investigação Científica - INIC, um prédio também sem mínimas condições para conservar de forma adequada acervos documentais de carácter perene.

Desse período em diante, os acervos e coleções documentais sofreram duras fases de transferências de lugar para lugar, e por último, com a extinção do INIC e a criação do INEP, parece terem terminado as fases de grandes transferências, no decorrer das quais foram ficando pelo caminho vários documentos. Aqueles que resistiram às mudanças conseguiram integrar e formar os acervos e coleções do Arquivo histórico e da Biblioteca Pública do INEP, constituindo assim instituições de interesse público responsáveis pela patrimonilização dos acervos documentais.

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida pelo Historiador guineense Dr. Mário Sissoko, o então Diretor do Museu permitiu-nos conhecer alguns detalhes sobre o destino dado aos patrimónios culturais deixados pela administração colonial e etapas percorridas até à criação da Biblioteca Pública e Arquivos Nacionais do INEP.

Salvar literalmente do lixo os patrimónios documentais que a administração colonial havia deixado e recolher e preservar as fontes orais e escritas de interesse histórico para a sociedade guineense, era tarefa prioritária dos técnicos do INEP. Nessa altura, percorreram tudo quanto era instituição pública, tendo recolhido toda a espécie (tipologia) de documentos impressos, manuscritos e audiovisuais que os responsáveis das novas instituições de Estado ainda não tinham tido tempo de deitar fora e cediam com muito bom agrado. Vários documentos encontrados em diferentes espólios abandonados e empoeirados, incluindo as coleções do “Centro de Estudos da Ex Guiné Portuguesa” foram transferidos para o INEP.

A Biblioteca pública foi e continua até agora considerada a única do género e a mais importante biblioteca da Guiné-Bissau. Grande parte dos seus acervos bibliográficos foram gerados a partir do processo de colonização portuguesa e depois completados no momento da edificação da Biblioteca, com doações, compra, aquisições e a contribuição legal.

Importa referir que os acervos do Arquivo Histórico trazidos em várias etapas, vindos de diferentes partes do país, nasceram incompletos por terem sido subtraídos logo na altura de transferência do Estado colonial para o Estado independente, uma parte importante dos arquivos ditos da soberania foram simplesmente transferidos para a metrópole. Desta feita, respostas às várias questões que se colocam relativas à história colonial podem ser encontradas em Portugal.

Não restam dúvidas de que, nessa altura, havia uma certa consciência patrimonial, por isso, a preocupação era de recolher e reunir tudo quanto era documento, tendo sido formado grande quantidade de documentos, embora as condições físicas das instalações colocassem em causa a sobrevivência de tal património documental, ou seja, os documentos essenciais à compreensão da identidade guineense careciam de instalações adequadas para uma conservação perene.

É sobretudo nesse quadro que a Biblioteca e Arquivo histórico do INEP concentram toda a produção de interesse científico e cultural do país em variados suportes,

representando o Estado, no direito de referência na alienação de acervos e bens bibliográficos de inegável valor cultural. Assim, se pode afirmar que historicamente a formação dos Arquivos Histórico e da Biblioteca Pública do INEP e do conteúdo que constituem os seus acervos acompanharam com relativa precisão a história da sociedade guineense. Revisitá-los é reviver de certa forma a história nacional.

**Tabela 1:** Quadro-síntese das mudanças e ocorrências de práticas lesivas aos patrimónios documentais.

<b>Instituição</b>	<b>Período</b>	<b>Tipos de acervos e suporte</b>	<b>Tipos de ocorrências</b>
Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa (Biblioteca e Arquivos históricos)	1946-1974	Jornais, livros, obras literais, atas relatórios Documentos textuais, fotográficos, manuscritos, imagens, brochuras, iconográficos, Material não livro e outros	Documentos mal conservados, não apetrechados, edifícios inadequados à conservação de patrimónios documentais.
INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica (Museu Nacional)	1974-1984	Jornais, livros, obras literais, atas, relatórios. Documentos textuais, fotográficos, manuscritos, imagens, brochuras iconográficos, Material não livro e outros	Documentos deslocados e colocados em instalações precárias. No decorrer dessa ação, alguns foram destruídos.
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Biblioteca Pública e Arquivos Históricos)	1984-1998	Jornais, livros, obras literais, atas, relatórios. Documentos textuais, fotográficos, manuscritos, imagens, brochuras livros, iconográficos, Material não livro, microfilmem, cassetes, sonoros, diapositivos, audiovisuais, Registo magnético.	Novas deslocações, durante as quais desapareceram uma grande quantidade de documentos. Alguns danificados, destruídos, extraviados ou eliminados indiscriminadamente. Outros roubados, desaparecidos voluntária e involuntariamente. Quase todos deteriorados por ação de fungos, calor, chuvas e humidade.
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Biblioteca Pública e Arquivos Históricos)	2000 a 2020	Jornais, livros, obras literais, atas relatórios. Documentos textuais, fotográficos, manuscritos, brochuras, livros.	A Guerra de 1998 causou enormes destruições aos edifícios e acervos documentais. Uma grande quantidade de documentos tornaram-se compactos formando pedras inutilizáveis. O clima húmido que se faz sentir sobretudo na época chuvosa, agravado pelo excesso da temperatura da época da seca, tem acelerado a deterioração dos acervos.

			Os rasgos de grandes proporções; perda do suporte e principalmente, sujeiras, a presenças de animais que defecam nos depósitos constituem as grandes ameaças aos acervos.
Sede do PAIGC	1956-2020	Jornais, livros, obras literárias, atas, relatórios. Documentos textuais, fotográficos, manuscritos, imagens, brochuras, iconográficos, audiovisuais	Embora hoje em fase de reconstituição, os acervos são expostos a humidade devido a variação de temperaturas, penetração de pó, abandono. Alguns sofreram de roubos, pilhagem e ação predatória humana. Os outros sofrem de rasgos, fungos e instalações inadequados e acondicionamento.
Arquivos da Rádio libertação - RDN	1967-2020	Registo magnético, sonoros	Todos estão em péssimas condições de conservação. Alguns danificados e outros em estado de acentuada degradação.
Arquivos do Estado-Maior	1964-2020	Jornais, livros, obras literais, atas, relatórios. Documentos textuais, fotográficos, manuscritos, imagens, brochuras, iconográficos, filmes...	A humidade, a variação de temperaturas, a poeira, roubos, pilhagem e ação predatória humana, rasgos, fungos, instalações inadequados e acondicionamento precária.

Fonte: Elaboração própria com base em Basques e Rodrigues (2014).

## **7.2. A lógica patrimonial da criação dos Arquivos Históricos e a Biblioteca Pública sob a tutela do INEP: do sonho ao pesadelo**

A análise da situação dos acervos e coleções documentais foi-nos confinando à Biblioteca Pública e Arquivos Históricos, enquanto epicentros do património documental na Guiné-Bissau. Pois, são instituições sobre as quais recai a análise central da nossa investigação. Fazer uma leitura sobre as razões do seu aparecimento conduz-nos à compreensão de toda a dinâmica sobre as trajetórias dos acervos documentais. Admite-se que algumas questões sobre a história dos acervos, anterior à criação destas instituições, continuam sem resposta. Por isso, vamos balizar o horizonte temporal da nossa análise a partir de 1984, data em que ambas as instituições foram criadas. Embora também de constatar que o diploma que criou o

INEP não menciona em algum momento o quadro orgânico e meios com que vão funcionar. No entanto, podemos reconhecer o ato como um sinal da consciência sobre o significado e valor atribuído aos acervos e coleções documentais e não deixa de ser ponto alto na afirmação e valorização do património documental na Guiné-Bissau.

Conforme procuraremos mostrar, os Arquivos Históricos bem como a Biblioteca Pública, além de assumirem a função instrumental de suporte à investigação, serão responsáveis pela reconstituição das fontes orais e escritas da luta de libertação nacional e salvaguarda, conservação e divulgação da história recente da Guiné-Bissau. Nessa altura, notava-se uma certa preocupação e visão sistémica que visam procurar dar resposta à questão que a preservação do património se colocava, onde tiveram lugar algumas ações institucionais orientadas para políticas de patrimonialização<sup>26</sup>. Daí, podemos afirmar sem dúvidas que a criação destas instituições foi um marco institucional da atividade de preservação.

Nas suas trajetórias institucionais, os próprios Arquivos Históricos e a Biblioteca procuram dar conta dos altos e baixos das suas histórias, decorrentes de vários fatores que mais adiante iremos abordar. A criação desses órgãos teve por objeto o património documental e se traduz numa clara preocupação das autoridades em criar condições para que as coleções e os acervos fossem devidamente salvaguardados, preservados tratados e colocados ao serviço do público, tendo como propósito manter o testemunho histórico, buscar e construir uma identidade nacional, auxiliando o próprio INEP nos seus projetos e programas de investigação. Rapidamente esses dois órgãos funcionando dentro do INEP tornam-se emblemáticos, sendo estimados e considerados como instituições da memória nacional.

---

<sup>26</sup> De acordo com Regina Abreu (2007), “Patrimonializar passou a significar um processo de escolha de determinados bens ou artefactos capazes de simbolizar ou de representar metaforicamente a ideia abstracta de nação e seus corolários, como a ideia de humanidade”.

A Infopédia define assim a palavra patrimonialização: “Atribuição do estatuto de património a um bem material ou imaterial, reconhecendo-lhe interesse (cultural, histórico, etc.) para determinada região, país ou conjunto de países, com o objectivo de garantir a sua preservação, divulgação, etc. . In *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*, Porto Editora. Acedido em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonializacao> (7 de abril de 2020).

No entanto, era preciso dar destino a um conjunto de acervos documentais espalhados um pouco por todo o país, amontoados em salas sem condições e vivendo em avançado estado de deterioração. Para a melhor compreensão da história destas duas importantes instituições de custódia do património documental, destacam-se momentos que marcaram história de suas evoluções, que começa desde a altura de sua criação em 1984. Numa análise de altos e baixos dessa trajetória, objetivou-se dar a conhecer as diferentes fases e períodos consagrados às instituições que abrigam registos de património documental.

Os momentos altos coincidem com a altura em que foram criadas as legislações específicas, como a lei de Depósito Legal, criada em 1988, e a Lei dos Arquivos históricos em 1989 e, a partir de então, ampliou-se a necessidade de preservação dos acervos documentais, o que na altura propiciou a criação de um ambiente favorável à problematização do património cultural no país. É nessa altura que foram dados os primeiros passos para a identificação e recolha de acervos documentais e foi dado também importância aos documentos que seriam fontes imprescindíveis para escrever a história da Guiné-Bissau. Nesse tempo, percebeu-se logo que preservar o património histórico era pressuposto para dar sentido à identidade nacional. É preciso no entanto salientar que o nascimento dessas estruturas não ocorreu dentro de um quadro administrativo e institucional que lhes confere uma autonomia desejada, mas a partir de um programa de pesquisa.

Momentos baixos aconteceram logo a partir da primeira metade do ano 1990, onde o seu papel de instituições voltadas à gestão e preservação do património documental começa a ter declínio. Esse facto deve-se em grande parte à indefinição de um quadro orgânico que definisse as suas funções e competências dentro de padrões aceitáveis de instituições de património documental.

Desse período aos dias atuais, assistiu-se a uma progressiva passividade do Estado no que tange à implementação de políticas públicas do património documental, deixando os Arquivos e a Biblioteca num estado que aparenta ser de “abandono” sem os meios mais elementares para garantir o seu funcionamento. Alguns fatores

explicam essa situação: a excessiva dependência ao INEP e as crónicas instabilidades políticas. De recordar que a integração destes dois órgãos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP teve como fundamento lançar as bases para a proteção, preservação e difusão do património documental do país.

### *7.2.1. Arquivos Históricos*

A nossa intenção nessa parte é tentar discutir o papel dos Arquivos históricos na construção da memória nacional, partindo do pressuposto de que a memória que se encontra nesses Arquivos é produzida a partir das atividades das instâncias da administração pública. Buscamos compreender as reais funções dos Arquivos Históricos a partir dos mecanismos legais estabelecidos para resguardar documentos referentes à construção da memória nacional.

Convém ressaltar que a primeira etapa para a constituição do património arquivístico na Guiné-Bissau ocorre sob condições particularmente desfavoráveis, porque na altura não havia tradição de gestão de arquivos administrativos. Foi nesse sentido, e com o objetivo de velar pela recolha, controlo e preservação de documentos históricos produzidos pela administração pública, que foi criado o serviço de arquivos históricos em janeiro de 1985, 4 anos depois, isto é em 24 julho de 1989, foi publicado o decreto n.º 17/89 sobre lei de arquivos. Na mesma lei, considera-se património arquivístico nacional toda a documentação de carácter histórico-administrativo e qualquer que seja seu suporte, produzida no país.

O Artigo 2 desse decreto vem determinar que toda a documentação colonial será transferida para os depósitos do departamento dos Arquivos históricos do Centro de Estudo da História Contemporânea (CEHC) do INEP. Essa legislação foi estipulando prazos de acesso à documentação histórico-administrativa. Por necessidades de pesquisas científicas são fixadas as sanções legais a aplicar aos atos que contribuem no desaparecimento físico desta documentação considerado património arquivístico nacional, a legislação vem consolidando a posição dos Arquivos Históricos do INEP, tendo-os equiparado aos Arquivos Nacionais.

Diante desse quadro, podemos afirmar que esses Arquivos veem-se desafiados, agora mais do que nunca, a servirem de depositários do vasto conhecimento sobre a herança cultural da sociedade. Constituem a base central desses AHN (Arquivos Históricos Nacionais), todos os fundos relativos não só ao governo central da ex-província da Guiné e suas instituições (incluindo as diferentes repartições bem como as diversas instituições - Tribunais, Hospital, Correios e Telégrafos, Portos, etc.), mas igualmente das diferentes regiões do território (circunscrições civis e postos administrativos).

De acordo com o relatório técnico de diagnóstico sobre a situação dos Arquivos Históricos elaborado por José Maria Almeida Brito e Héléne Viallet a pedido do governo da Guiné-Bissau, em 1997, e com base nesse documento, foi-nos possível constatar que desde 1989 era concedida uma certa atenção aos Arquivos. Portanto, o relatório vem revelar que o Sr. Daniel Ploquin, da Associação para a formação e aperfeiçoamento de gestores das coletividades territoriais Francófonos, com sede em Paris, a pedido das autoridades guineenses sob auspícios do INEP, tinha redigido um projeto de construção de um edifício de raiz para os Arquivos Nacionais da Guiné-Bissau. Com efeito, a Agência de Cooperação Cultural e Técnica, no quadro do seu programa especial de desenvolvimento, manifesta interesse em apoiar o tal projeto, por isso encomendou um relatório técnico de diagnóstico.

Foi nessa ocasião, que o então Diretor do INEP efetuou duas missões aos arquivos nacionais franceses, em 1992 e 1996. Após essa visita, foi iniciada uma campanha de microfilmagem de documentos relativos à Guiné-Bissau em todo o território nacional. No entanto, compreendeu-se logo que a escassez de profissionais da área podia comprometer tais esforços, porque os agentes que trabalhavam nesta área apenas podiam garantir a integridade física dos documentos. Nesse sentido, surge a necessidade de formação de uma geração de profissionais de Arquivos, e dois agentes de arquivos foram deslocados a Portugal e Cabo Verde para receberem formação de curta duração em matéria de gestão de Arquivos. Posteriormente, um

dos arquivistas começa a seguir cursos de formação profissionalizante na Escola de Bibliotecários, Arquivistas e Documentários (EBAD) em Dakar, Senegal.

Desta forma, constatou-se na altura a existência de germes para o desenvolvimento de arquivos, devido a iniciativas e dinamismo de uma pequena equipa conscientizada de arquivos. Enquanto a administração pública, que é fonte geradora de documentos, considerava os arquivos uma ferramenta de trabalho indispensável, se preocupava em criar Serviços de documentação e Informação em cada instituição de Estado (Ministérios).

Foi nessa condição que a competência para a salvaguarda e manutenção de arquivos históricos foi conferida ao INEP a título transitório, que não era suposto prolongar-se por muito tempo, porque também não existia no país nenhuma outra estrutura legal que desempenhasse a função de Arquivos Nacionais.

#### *7.2.1.1. Os acervos*

Os Arquivos Históricos abrigam vários fundos de administrações centrais e regionais (como Cacheu, Bolama, Farim, e Bafatá) referentes ao período colonial do século XIX à 1974, bem como arquivos sonoro e fotográficos em condições precárias de conservação. Hoje, os arquivos são mantidos em estado que se considera de deplorável.

Os 4 depósitos equipados com prateleiras metálicas fixas sofrem de falta de ventilação e refrigeração. Uma boa parte desses documentos estão em péssimas condições de conservação e expostos aos danos que podem ser causados pela infiltração de água no tecto e o pó vermelho que se infiltra em todos os lugares, inclusive no interior das caixas de embalagens. É possível notar que muitas unidades documentais estão fora do lugar; além disso, os acervos já tratados são organizados de forma precária, podendo ocorrer constantemente troca de lugar. É preciso ressaltar também que apesar do avanço nas modernas tecnologias de controlo e recuperação de informação, os Arquivos continuam sendo geridos manualmente, de forma que todas as atividades de gestão arquivística: aquisição, classificação, descrição,

preservação e acesso são feitas sem uso de softwares de gestão arquivística, embora esteja em curso um projeto financiado pela comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, para sua gestão informatizada.

**Imagem 2:** Documentos soltos embrulhados em deterioração.



Fonte: Imagem do próprio autor

Vários registos estão soltos ou embrulhados com cordéis, correndo riscos, sobretudo aqueles relacionados com instabilidades climáticas devido à composição de materiais sintéticos ou orgânicos dos objetos (no caso de documentos em papel) que podem piorar a sua deterioração. A imagem 2 ilustra essa situação.

**Imagem 3:** Alta percentagem de documentos acumulados sem organização.



Fonte: Imagem do próprio autor

Na imagem 3 podemos observar a situação de alguns acervos não tratados, em estado de desorganização, mantidos em condição de conservação e preservação que qualificamos de precário.

A figura 8 mostra alguns documentos tratados embalados em caixas do tipo ARCHIVEX e conservados, e depósitos fechados apenas dispondo de pequenas janelas persianas removíveis que não são suficientes para garantir a aeração necessária.

**Imagem 4:** Nível de organização dos documentos.



Fonte: Imagem do próprio autor

De acordo com Sane (2000), a organização dos Arquivos históricos do INEP no seu quadro histórico, permitiu preservar, embora num estado crítico de conservação, um património documental calculado em cerca de 14,30 metros lineares de documentos

administrativos correntes, um arquivo intermediário de 12,60 metros lineares de documentos e 1.600 metros lineares de documentos de Arquivo histórico, cobrindo um horizonte temporal que vai entre 1726 a 1988. São fundos provenientes de administração e circunscrições de várias regiões do país nomeadamente: Bissau, Bolama, Farim, Cacheu, Bafata e Gabu, a maior parte data do período pré-colonial ou do Século XIX e colonial, alguns gerados no período pós-independência. Esses acervos se juntam a um importante álbum fotográfico que contém diapositivos de aldeias retratando quase todos os grupos étnicos que remontam de 1947.

Verificado o estado de conservação dos acervos, constatou-se que todos os depósitos se apresentam em mau estado de conservação e organização o que tem contribuído para o desaparecimento para sempre de vários documentos cujo valor histórico é de suma importância para o país.

**Tabela 2:** Descrição do diagnóstico dos acervos do AH.

Depo.	Origem	Metros <sup>27</sup> lineares	Nível de organização	Período coberto
I	Fundos dos Serviços Administrativos de ilhas de Bijagós	107ml	Tratados, catálogo de sumário não publicado	---
I	Fundos de Serviços Administrativos da Região de Bafatá	96ml	Tratados, catálogo de sumário compilado não publicado	---
I	Fundos do Gabinete do Governo Geral	15ml	Não tratados	Colonial
I	Fundos do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa	7ml	Tratados, catálogo de sumário compilado não publicado	Colonial
II	Fundos dos Serviços Administrativos de ilhas de Bijagós: Secretaria do Governo, Câmara Municipal, P.T.T., Alfândega, Hospital e Porto	58,73ml	Tratados com catálogo de Sumário, e publicados em 1990	1871 a 1973,
II	Fundos, composto de anuários de Turismo Ultramarinos (período colonial)	1ml	Não tratados	Colonial
II/III	Fundos do ex-Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), (pós-Independência)	53ml	Não tratados	Pós-Independência

<sup>27</sup> Os números são estimativos baseados em relatórios da década de 90, há muito tempo que não foi feito um inventário realístico.

III	Fundos de circunscrição de Cacheu, Pixice, Caio, Canchungo e Centro de Estudo da Guine Portuguesa	65ml	Tratados e publicados no Boletim Oficial " (Diário Oficial) nº 31 em 1950	1891 a 1974
III	Fundos da Diretoria de Obras Públicas	35ml	Não tratados	Colônia
III	Fundos do Ministério das Obras Públicas (período pós-independência)	70ml	Não tratados	Pós-independência
III	Coleção de jornais		Não tratados	Colonial
IV	Fundos da Fazenda da Região de Bolama	100ml	Não tratados	-----
IV	Fundo de Serviços Administrativos da Região Gabu	56ml	Não tratados	-----
IV	Fundos da camara Municipal de Bissau e tribunal	176ml	Tratados, catálogo de sumário compilado não publicado	-----
IV	Fundos do Ministério da Cooperação	71ml	Não Tratados	Pós-independência
IV	Coleção composta por volumes de revistas oficiais e índices da Guiné-Portuguesa	15ml	Não tratados	Colonial
<b>Total geral</b>				<b>925.73m.</b>

Fonte: elaboração própria

#### *7.2.1.2. Pessoal*

Não obstante o desafio presente, os Arquivos Históricos contam atualmente com 5 técnicos superiores, entre historiadores e sociólogos todos formados em áreas diferentes das ciências do arquivo, carecendo de atualização e especialização em técnicas de tratamento e gestão arquivística. A necessidade de formação em arquivologia surge, portanto, de maneira aguda, porque nenhum possui um curso completo em todas as áreas.

Podemos assim afirmar que os Arquivos Históricos (Lei de Depósito Legal, 1988) sofre com a falta de qualificação no domínio arquivístico, a realidade vivida hoje revela no entanto essa necessidade. A falta de incentivo e a fraca remuneração dos arquivistas motivaram ao abandono de alguns técnicos experimentados na procura de

melhores condições. Entretanto, a falta de meios de trabalho (equipamentos de conservação, entre outros) constitui sérios obstáculos ao bom funcionamento da instituição.

### *7.2.2. A Biblioteca Pública do INEP*

A Biblioteca Pública do INEP, cuja esmagadora maioria das suas coleções foram geradas a partir do processo de colonização, e depois completada por doações, compras e aquisições através de contribuição legal, foi criada para servir de embrião da Biblioteca Nacional<sup>28</sup>. Na sua missão, entre outros aspetos, destacam-se os seguintes propósitos:

- Promover o acesso, a disseminação, a recuperação, salvaguarda e a preservação das informações necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades académicas de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação profissional do cidadão nos campos: científico, tecnológico, cultural e humanístico;
- Dar cumprimento à lei de depósito legal, assim como, gerir e inspecionar a aplicação rigorosa das disposições sobre todas as obras publicadas em qualquer ponto do País;
- Receber, tratar e conservar a documentação considerada de interesse para a língua, a cultura e o conhecimento científico do País, a fim de enriquecer, em todos os campos do saber, o património nacional;
- Coordenar, manter e atualizar o catálogo coletivo nacional, bem como, participar ativamente na definição de uma política nacional de informação;

---

<sup>28</sup> Lei de Depósito Legal (1988). *Boletim Oficial*, 262-265.

- Definir estratégias de preservação e conservação das espécies à sua guarda, sem descurar a transferência de suportes e a sua difusão;
- Facultar e estimular o acesso às suas coleções, assegurando meios de apoio à pesquisa dos utilizadores, nomeadamente através do empréstimo, da consulta local ou à distância e utilização das tecnologias mais modernas de transmissão de dados;
- Exercer, em representação do Estado, o direito de preferência na alienação de bens bibliográficos de inegável valor cultural.

Para realizar a sua missão institucional, foi criado e promulgado o decreto n.º 28, de 5 de setembro 1988, que criou o instituto de depósito legal. Essa legislação vem atribuir à biblioteca competências e direito de referência na alienação de acervos e bens bibliográficos de inegável valor cultural, bem como garantir a sua salvaguarda, conservação e acesso.

Desde a sua criação em 1984, ela tem passado por períodos tensos e notória confusão quanto ao entendimento da sua missão. Se, por lado, ela é vista como órgão interno do INEP funcionando como Biblioteca Pública de investigação, por outro lado, não se pode descurar a sua função definida pela lei de Depósito Legal, segundo a qual para além de coletar, preservar e disponibilizar o património documental do país, tem mandatos mais amplos que são definidos pela UNESCO, de acordo com o qual uma Biblioteca, independentemente da sua designação ou denominação, desde já que ela seja responsável pela aquisição e preservação de cópias originais de todas as documentações publicadas dentro e fora do país e funcione como depositária de direitos autorais feitos com base numa legislação com coleção representativa da produção bibliográfica nacional é considerada Biblioteca Nacional.

Perante essa confusão gerada, pouco se discute o projeto de sua reestruturação, muito menos a sua autonomia perante o INEP. Muito mais confusos são os caminhos que ela irá trilhar no futuro. A sua situação atual suscita motivos de grande preocupação sendo complexa e grave. Existe pouca consciência sobre a relevância do seu papel

para o desenvolvimento nacional. Ela caracteriza-se como um simples espaço da memória dentro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, embora se reconheça nela o local onde é reunida a produção bibliográfica gerada através do País.

A degradação da coleção desta que é considerada a biblioteca nacional da Guiné-Bissau simboliza o descuido das autoridades em relação à preservação da História nacional.

#### *7.2.2.1. Coleção e sua organização*

A coleção é constituída essencialmente de obras com suporte físico representando mais de 90% do acervo, o fundo bibliográfico global chega a rondar 80.000 volumes de monografias e mais de mil títulos de periódicos. A Guiné-Bissau, cuja formação do Estado foi a partir dos destroços da longa e sangrenta Guerra de Libertação que terá destruído várias infraestruturas, vem se juntando à triste tragédia da guerra civil de 1998, que quase esvaziou os seus acervos, tendo sido reduzida atualmente a pouco mais de 60.000 volumes. Toda essa massa documental enfrenta hoje uma série de ameaças de perda e de destruição, alguns ou a grande maioria não recebe qualquer tipo de processamento técnico até agora.

**Imagem 5:** Retrato da destruição da Biblioteca durante o conflito político-militar 1998/1999.



Fonte: INEP

Assim, podemos afirmar metaforicamente que os acervos globais das bibliotecas já existentes misturam-se coleções fortemente danificadas e outras que ainda resistem à destruição. Seguramente será preciso reencadernar mais de 30% dos livros, restaurar 70% e lavar e recompor todas as obras raras. Todos os acervos estão expostos à extinção e sujeitos à deterioração resultante da intromissão de agentes biológicos. Até então, nenhuma providência de alcance foi tomada contra a corrosão generalizada das estantes, dos suportes e elementos estruturais, tais como as janelas de vidros que permitem penetração de pó e elementos nocivos aos documentos.

**Imagem 6:** A fase de reconstituição e preservação das coleções.

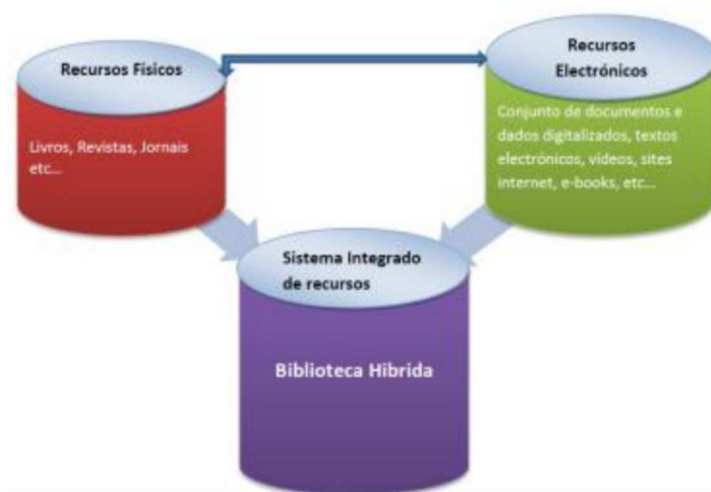


Fonte: Imagem do próprio autor

Atualmente, a parte substancial da coleção é constituída por monografias e periódicos em suporte papel, cobrindo todas as áreas do conhecimento, estando organizadas segundo as regras de Classificação Decimal Universal, numeradas de 0 a 9. As cotas têm por base a CDU, os documentos são arrumados por assunto seguindo a ordem de anotação da CDU.

Denota-se ainda que a coleção física ou documentos impressos continua expressivamente representada, enquanto os documentos digitalizados e eletrónicos (e-book, e-jornal, etc...) permanecem marginais. Apesar desta grande disparidade, a informação digital está a evoluir-se e continua a ser gerida ao lado do impresso e os dois suportes complementam-se, no caminho de construção de uma coleção híbrida.

**Diagrama 3:** Carácter híbrido da coleção.



Fonte: Elaboração Própria

É importante referir ainda que não temos diante de nós exclusivamente problemas de degradação do edifício e a deterioração das coleções, sublinham-se também problemas gritantes de ordem técnica e organizacional acrescido à falta dos meios mais básicos que dificultam o normal funcionamento da Biblioteca.

Para além destes problemas que ameaçam a preservação do conjunto do património histórico documental, estão ainda gritantes problemas de formação profissional. A Biblioteca conta com 8 técnicos bibliotecários entre profissionais, assistentes e auxiliares, maioritariamente sem formação profissional na área. Alguns não dispõem de formação específica apenas beneficiaram de aperfeiçoamentos que se realizam através de ações pontuais confrontando-se com tarefas técnicas difíceis. Essa situação pode ser relacionada com a inexistência de oferta de formação profissional.

As instituições de formação existentes no país não contemplam o sector da biblioteconomia e ciências da informação, o que tem afastado qualquer possibilidade de formação especializada a nível local. Alguns técnicos, por razão da sua experiência profissional, conseguem superar através de estágios de curta e longa

duração dentro e fora do país. A boa parte deles deparam-se com problemas não só de adaptação, mas também de fraca remuneração e reconhecimento oficial e valorização efetiva.

As condições de trabalho revelam-se precárias, os ventiladores revelam-se insuficientes face às temperaturas que por vezes chegam a rondar a 48 graus no interior do edifício. Não existindo ar condicionado a funcionar, os funcionários tentam driblar o calor. Quando há interrupção da corrente elétrica o horário de funcionamento da instituição é encurtado. É tão desconfortável para o servidor quanto para os usuários, e o acervo também fica exposto à deterioração.

Do conjunto de factos acima descritos, se juntam aos problemas de insuficiência de pessoal de todas as categorias confundidas e a falta de motivação por causa de fraca remuneração e ausência de subsídios de risco, apesar de trabalharem nas condições de extrema gravidade em termos de saúde, lidando com a poeira generalizada, o calor e a humidade gritante.

### *7.2.3. Análise da legislação sobre Depósito Legal*

Conforme já foi mencionado anteriormente, a Guiné-Bissau teve a regulamentação do sistema de Depósito Legal nacional através do Decreto-lei n.º 28/88 desde 5 de setembro de 1988, publicada no Boletim Oficial n.º 36, onde a Biblioteca Pública do INEP assume as funções de agência de depósito legal, porém não de maneira exclusiva, de acordo com o ponto 2 do artigo 9º do referido decreto, mas com competência em matéria de centralização, salvaguarda e conservação da documentação de interesse para a história e identidade nacional e órgão responsável pela execução da política do governo para a preservação do património documental nacional.

Como se pode observar, a lei surge com algumas lacunas logo à nascença. Em primeiro lugar, ela não tem vínculo, dependência ou ligação com nenhuma outra

norma específica, como, por exemplo, o direito de propriedade intelectual ou as leis sobre direito de autor. Em segundo lugar, não obstante ter sido uma iniciativa que visa preservar o património bibliográfico nacional, certo é que desde a sua criação o sistema se mostrou ineficiente na prática. Já que não foi disponibilizado meios materiais e financeiros para a sua aplicação prática, embora fique demonstrado no artigo três de que quaisquer dúvidas resultantes da sua aplicação sejam resolvidas por despacho do Ministro da Educação, Cultura e Desportos. No entanto, alguns problemas vêm surgindo, ao longo da história, como aquele relacionado com as atualizações.

Em virtude dessa situação, centenas de milhares de documentos de todo o suporte produzidos sobre o país sob forma original, escapam ao controlo das autoridades nacionais, alguns se encontram encerrados em bibliotecas nacionais através de mundo. O crescimento da produção bibliográfica nacional não para de crescer e a necessidade de sua preservação e conservação justifica a urgência de serem criadas condições adequadas à conservação do património documental nacional, como gesto patriótico de recuperar e reconstituir a memória coletiva e a história recente da Guiné-Bissau. Nesse pressuposto, há que pensar desde já na ideia de construção de um edifício de raiz a ser destinado para instalar condignamente o maior acervo bibliográfico do país e ao mesmo tempo desenvolver atividades de leitura.

### **7.3. Outras Instituições de Memória: Um Tesouro (Perdido?)**

De salientar que para além da Biblioteca Pública e dos Arquivos Históricos do INEP, existem outros espólios documentais, tais como: Arquivo do PAIGC, acomodado na sede do partido; Arquivo ou Museu do Combatente, ligado às Forças Armadas Revolucionárias do Povo, situado na Fortaleza da Amura; ou os arquivos sonoros da Rádio Libertação sob a guarda da Rádio de Difusão Nacional. Estes importantes acervos contêm fragmentos de documentos portadores de traços da história da gloriosa luta de libertação nacional. Alguns ainda se encontram em estado de abandono devido às guerras, distúrbios sociais e deterioração gradual que pode ser

resultado da ignorância humana ou mesmo da negligência em promover os cuidados básicos da sua conservação.

### *7.3.1. Acervos da História de Luta de Libertação Nacional instalados na fortaleza da Amura*

O museu da Luta de Libertação Nacional, sob a tutela da Secretaria de Estado de Combatentes, conserva a maior parte dos acervos documentais portadores de traços da história de gloriosa luta de libertação nacional. Observando a situação atual desta memória, conduz-nos a uma sensação de memórias de um passado em ruína.

Note-se que muitos dos documentos constantes neste acervo foram objeto de reprodução digital, no âmbito de um projeto promovido pela Fundação Mário Soares, podendo ser encontrados e consultados no portal “Casa Comum” (<http://casacomum.org/cc/arquivos>). Citamos aqui a descrição que consta no Arquivo Amílcar Cabral ([http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_2617](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_2617)) que dá conta de forma sintética do conjunto de documentos cujos originais se encontram em Bissau:

Trata-se de um acervo documental importante na representação de vários aspetos da luta pela independência na Guiné-Bissau – como a organização do partido no interior e no exterior e a construção do Estado nas regiões libertadas. É uma vasta documentação, constituída em grande parte por documentação de carácter epistolar (correspondências entre os responsáveis políticos e militares, correspondências com organismos e entidades internacionais e correspondências dirigidas pela população ao secretariado geral), fotografias da luta pela independência na Guiné, da construção do Estado nas regiões libertadas e da luta diplomática no exterior. Este arquivo reúne ainda um conjunto de manuscritos produzidos por Amílcar Cabral de textos emblemáticos para o conhecimento dos movimentos de libertação africanos, bem como documentação relacionada com o seu percurso pessoal.

São acervos que reúnem documentos essenciais do partido e do seu braço armado (como as decisões do I Congresso do PAIGC em Cassacá). Nos manuscritos de Amílcar Cabral é possível encontrar alguns rascunhos de documentos emblemáticos, como “Unidade e Luta” ou o papel da cultura na luta de libertação. São centenas de

documentos textuais, fotográficos, álbuns fotográficos, cartazes, gravuras e ilustrações, além de mapas, filmes, registros sonoros e uma coleção de livros raros em lugares incertos.

Com o tempo, quase todos esses acervos documentais foram alvos de um olhar diferente, a precariedade dos edifícios que ameaça a condição de sua conservação, aliado à ausência de medidas de proteção legal, mostram o quanto o património documental está sujeito a diversos fatores de risco que acarretam prejuízos ao próprio Estado, uma vez que as informações contidas nos documentos constituem principais fontes da memória institucional e servem como elemento de prova e capacidade para tomada de decisão e geração de novos conhecimentos. Quase todos esses acervos estão em condições deploráveis ou simplesmente inacessíveis porque carecem de uma gestão profissional.

### *7.3.2. Arquivo sonoro da Rádio Libertação sob a guarda da Rádio de Difusão Nacional*

A Rádio Libertação era o programa "Comunicado de Guerra". Diariamente, eram anunciados os combates ocorridos nas diversas frentes, as vitórias ou as derrotas de ambos os lados. Divulgava o hino do partido, as viagens de Amílcar Cabral, os apoios externos e à causa da libertação.

Era através da rádio que as mensagens de revolução chegavam ao povo guineense e cabo-verdiano. Esse arquivo, formado por dezenas de bobines, constitui a história sonora e musical contemporânea da Guiné-Bissau, desde o período colonial até aos nossos dias, constituindo uma reserva de tesouros "esquecidos".

### *7.3.3. Arquivo e a Biblioteca do PAIGC (Arquivo de Amílcar Cabral)*

Organizado em Dakar e em Conacri, é constituído por documentação de cariz político, militar e diplomático produzido pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e

Cabo Verde (PAIGC), e pelo seu fundador, Amílcar Cabral e um conjunto de fotografias de Amílcar Cabral (desde os estudos em Lisboa). Uma vasta documentação de carácter político.

Esse Arquivo, também chamado Biblioteca do PAIGC, acomodado na sede do partido, contem documentação de outras origens, diretamente relacionada com os temas neles tratados, designadamente Pedro Pires, Iva Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Vasco Cabral, Manuel dos Santos e Bruna Polimeni.

O âmbito cronológico desse arquivo situa-se entre 1956 e 1973, com exceção dos documentos posteriormente incorporados por sua Filha, Iva Cabral, que se referem a atividades profissionais de Cabral e, também, a acontecimentos e atividades do partido posterior à independência. A maior parte dessa massa documental está quase abandonada ou desorganizada, alguns encontrando-se também disponíveis na Fundação Mário Soares em formato digital ([http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_2617](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_2617)).

## **CONCLUSÕES**

O presente trabalho levantou uma série de questões sobre a importância de preservar a memória coletiva nacional da Guiné-Bissau, algumas respondidas ao longo do trabalho e outras continuam sem resposta. No entanto, podemos tirar algumas conclusões: diante dos traumas que marcaram o património documental nacional e as mudanças ocorridas ao longo da história recente da Guiné-Bissau, as respostas sobre várias questões que envolvem a salvaguarda, preservação e conservação da memória nacional não são simples e fáceis. A Guiné-Bissau enfrenta muitas dificuldades no campo da preservação do património documental. Há enormes carências de infraestruturas físicas, de instituições de carácter cultural, falta de quadros qualificados para operar nesta área, e ausência dos meios mais elementares para fazer face aos desafios que se colocam. Todas estas questões se agravam com a manifesta pouca vontade política do governo em dar valor aos patrimónios culturais.

Paradoxalmente, na Guiné-Bissau, enquanto se manifesta desatenção pelas políticas de amplo alcance em matéria de salvaguarda e preservação de valores culturais, impera a lógica efémera dos grandes eventos culturais – Carnaval, nomeadamente.

De acordo com nossa pesquisa e respondendo à problemática das drásticas mudanças e transformações que o património documental nacional tem sofrido, constatamos que, houve perdas incalculáveis de importantes registos da nossa memória coletiva. Porém, muitas vezes na Guiné-Bissau o património documental é visto como dispensável e acaba por não dispor da atenção que merece junto das autoridades competentes e mesmo em relação à sociedade guineense.

Aliás, Jacques Le Goff (2013), no seu livro intitulado *História e Memória*, descrevendo a importância da preservação da memória para a consciência humana aponta que “a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões

ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana” (p.387).

As políticas públicas de preservação e proteção de património documental na Guiné-Bissau são antes de mais timidamente definidas, deixando de fora os meios materiais e financeiros necessários para a sua implementação prática. No entanto, a problemática da preservação e acesso são dificilmente tomadas em consideração. Essa displicência em relação ao património documental interpela não só aos governos que passaram, mas também toda a sociedade guineense no exercício de seus deveres cívicos e políticos para a preservação da sua identidade coletiva. Cabe, portanto, ao governo e instituições ligadas a esta matéria, fazer da luta pela democratização e o acesso da memória coletivo uma prioridade. A aplicação de medidas de proteção e preservação devem ser, antes de mais, a expressão da vontade política.

Para a realização deste estudo, encontrámos uma série de dificuldades, a saber: dificuldades de deslocação e restrição temporal, porque enquanto exercemos função de responsabilidade naquela que é a maior Biblioteca pública do país, desempenhando as funções da Biblioteca Nacional, tivemos tempo escasso para irmos procurar, reunir e analisar toda a informação necessária e prosseguir com a constatação *in loco* do estado dos espólios e acervos documentais dispersos um pouco por todo o país, e recolher dados para um trabalho científico bem elaborado. As restrições materiais e logísticas também foram uma das dificuldades encontradas que não podem ser postas de fora.

Conforme pode ser constatado, as constantes instabilidades políticas provocaram mudanças importantes na forma de atuação das políticas culturais, com destaque para o sector documental. Essas mudanças de foco impactaram negativamente na concepção das políticas culturais, relegando o sector para último lugar na ordem de prioridades.

Há um longo caminho a ser percorrido, esta dissertação constitui apenas um esboço para elaboração e implementação de uma política sustentável de conservação e preservação do património documental. Portanto, alguns aspetos deste trabalho merecem maior esclarecimento em estudos adicionais que precisam de ser aprofundados.

Uma das vantagens deste trabalho é a de analisar fundamentalmente o estado das coleções da Biblioteca Pública e Arquivos Históricos do INEP, que pode ser aproveitado para melhorar o destino desses acervos, dotando estas instituições de meios, estruturas modernas e ferramentas tecnológicas mais consistentes para a gestão de informações ali guardadas, tirando essa riqueza informacional de fumaça ou à beira de desaparecimento.

Pela sua importância para o país, certamente não será inútil instituir uma política genuína de salvaguarda, preservação e conservação da memória nacional, construindo edifícios de raiz para a Biblioteca Nacional e Arquivos Históricos nacionais com autonomia financeira e administrativa, dotando-os de todos os meios necessários. “*Quando as temos, podemos permitir-nos esquecer delas, mas quando as perdemos, vamos em busca delas*”, afirmação do historiador inglês Peter Burke, sobre memórias.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, R. (2015) Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In Tardy, C. & Dodebei, V. (Eds.), *Memória e novos patrimônios*. Marseille : OpenEdition Press. doi :10.4000/books.oep.868. Acedido em: <https://books.openedition.org/oep/868?lang=fr>
- AMADO, L. (Janeiro de 1990). A literatura colonial Guineense. *Revista de Estudos Guineense*, pp. 73-93.
- ANDRADE, M. d. (8 a 10 de Agosto de 1978). Discurso sessão de abertura do Seminário sobre Metodologia da recolha de tradições orais. *O Militante*, p. 56.
- ANNA, J. (2015). Diferenças e semelhanças entre arquivos e bibliotecas: o profissional da informação em evidência, *Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*. 29(1), 95-113. Acedido em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4890/3552>
- Arquivo Nacional. (2005). *Dicionário brasileiro de Terminologia Arquivística*. Acedido em: [http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv).
- AUGEL, M. P. (2007). *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da guiné-bissau*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BÁ, A. H. (2010). A tradição Viva. In J. Ki-Zerbo (Ed.), *História Geral da África, I : Metodologia e pré-História da África* (2ª ed. ed., Vol. I, 48 p.). Brasília: UNESCO.
- BARBOSA, L., & SOUZA, M. ([2018 ?]). *Fontes e metodologias da história da África: relações entre fontes escritas, tradição oral e arqueologia*. Acedido em: [https://www.academia.edu/30522479/fontes\\_e\\_metodologias\\_da\\_hist%C3%93ria\\_da\\_%C3%81frica\\_rela%C3%87%C3%95es\\_entre\\_fontes\\_escritas\\_tradi%C3%87%C3%83o\\_oral\\_e\\_arqueologia?auto=download](https://www.academia.edu/30522479/fontes_e_metodologias_da_hist%C3%93ria_da_%C3%81frica_rela%C3%87%C3%95es_entre_fontes_escritas_tradi%C3%87%C3%83o_oral_e_arqueologia?auto=download)

BARRY, B. (2000). *Senegâmbia: O Desafio da História Regional*. Rio de Janeiro : Centro de Estudos Afro-Asiáticos Universidade Candido Mendes (UCAM). Acedido em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12487502/senegambia-o-desafio-da-historia-regional-casa-das-africanas>

BASQUES , C., & RODRIGUES , G. (Dezembro de 2014). A proteção do patrimônio arquivístico brasileiro: um estudo das ações do Ministério Público Federal. *comunicação de pesquisa*, p. 161-172.

BELLOTTO, H. (2006). *Arquivos Permanentes Tratamento Documental*. Rio de Janeiro: FGV.

*Boletim Oficial*. (9 de Abril de 1977). Imprensa Nacional, 12.

BÔTH, A., & CORDOREL, S. (2015). Pour en finir avec l'original? In *Frontières d'archives: recherches, mémoires, savoirs*. In M. Jean-FRANÇOIS , & E. d. Contemporaines (Ed.), *Frontières d'archives : recherches, mémoires, savoirs* (Marc Ratcliff and Jean-François Bert ed., pp. 157-164). Paris: Editions des Archives contemporaines.

BRITO, J., & VIALLET, H. (1997). *Rapport Technique: Les Archives Publiques en Guine-Bissau, Diagnostics et Aménagement des Depots avec un plan d'orientation pour l'établissement d'une législation Archivistique*. Bissau: UNESCO.

BURKE, Peter (1992). A nova história, seu passado e seu futuro. In *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo : UNESP. Acedido em [http://etnohistoria.fflch.usp.br/sites/etnohistoria.fflch.usp.br/files/Burke\\_Nova\\_Historia.pdf](http://etnohistoria.fflch.usp.br/sites/etnohistoria.fflch.usp.br/files/Burke_Nova_Historia.pdf)

CABRAL, M. (2013). *Património bibliográfico e bibliotecas na construção da identidade colectiva. Entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800 - (Doutorado em História Moderna)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Acedido em: <https://run.unl.pt/handle/10362/11407>

CACHAT, S. (2009). *Un héritage ambigu : l'île de Mozambique, la construction du patrimoine et ses enjeux*. Université de la Réunion - école doctorale interdisciplinaire.

- CAETANO, M. (Janeiro de 1946). Uma crónica nova da conquista da Guiné. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, nº1, 1-3.
- CAFÉ, D. (2007). *Património, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Conselho Nacional da Cultura. (8 a 10 de Agosto de 1978). Recomendacoes do Seminario sobre a metodologia da recolha de tradicoes orais. (C. N. Cultura, Ed.) *O Militante*, N. 9(Discurso sessao de abertura), p. 57.~
- CARDOSO, P., HAHN , F., & MEZZOMO, F. (2009). Preservação da memória e do património documental: autos cíveis da comarca de Campo Mourão (1963-1965). *Encontro de produção científica e tecnologica* (p. 8). NUPEM.
- CRIVELLI, R., & BIZELLO, M. (2015). Arquivos pessoais e patrimônio documental: análise dos critérios de seleção dos registros memória do mundo do Brasil – UNESCO1. *XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)* (p. 20). Joao Pessoa: UNESP.
- COSTA, C. (2000). O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. *Estudos Históricas*, 14(26), 217-231. Acedido em <http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/arquivologia/recdida/arquivopublicodoimperio.pdf>
- DA SILVEIRA, C. H. R. (2013). *Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos*. Niterói, RJ : s.n.
- DERIVE, J. (2015). *Literarização da oralidade, oralização da literatura*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. Acedido em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao\\_cms/documentos/eventos/vivavoz/Literariza%C3%A7%C3%A3odaOralidadeOraliza%C3%A7%C3%A3odaLiteratura.pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/Literariza%C3%A7%C3%A3odaOralidadeOraliza%C3%A7%C3%A3odaLiteratura.pdf)
- DUARTE, Z. (2009). A tradição oral em África. *Estudos de Sociologia. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*. Brasil, Brasil. Acedido em: <file:///C:/Users/JALLO/Downloads/235328-108470-1-PB.pdf>
- FONSECA, I. A. (2016). Dilatando a fé e o império: a imprensa na Guiné no colonialismo (1880-1973). *Media & Jornalismo*, 16(29), 119-138. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_29\\_8](https://doi.org/10.14195/2183-5462_29_8)

Estatutos do INEP. (10 de Novembro de 1984). *Boletim Oficial*.

FREIRE, P. (1978). *Cartas à Guiné-Bissau: Registos de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, A. (2005). *Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades*. Aveiro: Universidade de Aveiro Departamento de Ciências da Educação.

*Gazeta Digital* (14 de janeiro de 2017). Acedido em <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniaopatrimonio-artistico-e-cultural/500359>

GUERARD, F. (2006). Les trésors de Tombouctou. *L'Actualité*, 21 décembre. Acedido em : <https://lactualite.com/monde/les-tresors-de-tombouctou/>

GONÇALVES, J. (1988). Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, 264-275 .

GOULART, S. (2002). Patrimônio documental e história Institucional. São Paulo, Brasil: Associação dos Arquivistas de São Paulo. Acedido em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/patrimc3b4nio-documental-e-histc3b3ria-institucional.pdf>

Guiné-Bissau, R. d. (9 de Abril de 1977). Decreto n.º 14/77: nomeação de Mário Pinto de Andrade para o cargo de Coordenador Geral do Conselho Nacional de Cultura. *Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau*(15). Bissau: Imprensa Nacional.

JOHN, N. (2012). Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. *XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio* (p. 336). Rio Grande de Sul: Universidade Federal de Rio Grande de Sul.

LE GOFF, J. (2013). *História e memória*. Sao Paulo: Unicamp.

Lei de Depósito Legal. (1988). *Boletim Oficial*, 262-265.

LEISTER, F. C. (2011). Sondando vestígios: Fulas e Bijagós através do. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: ANPUH - Associação Nacional de História.

- LEISTER, F. C. (2012). Um Prefácio a povos da Guiné-Bissau: o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (1946-1973). São Paulo.
- LEITE, J. (2014). *A Literatura Guineense: Contribuição para a Identidade da Nação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- LOPES, C. (1988). La presence islamique dans l'espace Kaabunké. *IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu 1588-1988* (pp. 79-197). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- LOPES, C. (Janeiro de 1989). Resistências Africanas ao controle do território: Alguns casos da costa da Guiné no Séc. XIX. *Revista de Estudos Guineenses*, 7, 5-16.
- MANÉ, M. (Janeiro de 1989). O Kaabu uma das grandes entidades do património Histórico Senegambiano. *Revista de Estudos Guineenses*, 7, 17-30.
- MATOS, J. & DE SENNA, A. (2011). *História Oral como fonte: problemas e métodos*. Acedido em <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3264/Hist%C3%B3ria%20oral%20como%20fonte%20-%20problemas%20e%20m%C3%A9todos.pdf?sequence=1>
- MBOW , A. (2003). Le patrimoine documentaire africain. *colloque international sur : Les bibliothèques nationales en Afrique francophone subsaharienne au XXIe siècle*. DAKAR: EBAD.
- MELOT, M. (2004). Qu'est-ce qu'un objet patrimonial ?, *Bulletin des bibliothèques de France (BBF)*, 5, 5-10. Acedido em <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0005-001>
- MOTA, T. d. (1946). O Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 8, 609-616.
- MOURIER, J. (s.d.). *Module 1 - Les archives pour quoi ? pour qui ? par qui ? - Module 1 - Section 1 : Définir les archives*. Pour une Archivistique Francophone D'avenir. Acedido em [https://www.piaf-archives.org/sites/default/files/bulk\\_media/m01s1/co/m1section1\\_16.html](https://www.piaf-archives.org/sites/default/files/bulk_media/m01s1/co/m1section1_16.html)
- MELO, V. (2014). *O esporte na política colonial portuguesa: as iniciativas de Sarmiento Rodrigues na Guiné (1945-1949)*. Acedido em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882014000200009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882014000200009)

MOREIRA, C. (2006). O entendimento do Património no contexto local. *OPPIDUM*, 1, 127-140. Acedido em [https://www.cm-lousada.pt/cmlousada/uploads/document/file/246/23\\_original.pdf](https://www.cm-lousada.pt/cmlousada/uploads/document/file/246/23_original.pdf)

MUÑOZ, P. A. G. (2013). *Estrategias de integracion del patrimonio cultural en el ordenamiento del territorio*. Universidad Nacional de Colombia. Acedido em: <http://bdigital.unal.edu.co/12166/1/43903095.2013.pdf>

Museu Nacional (15 de Agosto de 2005). Senegambia. *Boletim Cultural da Guiné-Bissau e regiões vizinhas*: <http://senegambia.blogspot.com/2005/08/museu-nacional-da-guin-bissau-1988.html>

NIANE, D. (1960). *Soundjata ou l'épopée mandingue*. Paris. Acedido em [http://aefer-madagascar.histegeog.org/IMG/pdf/texte\\_integral\\_soundjata.pdf](http://aefer-madagascar.histegeog.org/IMG/pdf/texte_integral_soundjata.pdf)

Organização das Nações Unidas para Educação, C. e.-U. (2002). *Memória do Mundo. Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental* (Edição Revisada). Paris: UNESCO.

PAIGC (19-24 de Novembro de 1969). *Casacomum*. Acedido em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.002.009#17>

PAIGC (1973). *Programa do PAIGC*. Bissau: Partido Africano para a Independência para a Guiné e Cabo-Verde.

PAIGC (Julho de 1977). A Política Cultural na Guiné-Bissau. *O Militante*, 1, p. 21.

PAIGC (Dez. 1977/jan. 1978). Resoluções do III congresso do PAIGC. *O Militante*, p. 7-16.

PELLISSIER, R. (2001). *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegambia 1841-1936* (Vol. II). Lisboa, Portugal: Editorial Estampa.

RODRIGUES, A. & ALMEIDA, J. (2012). Conservação Preventiva para o acervo sob guarda do Arquivo Histórico/UFJF: um estudo de caso. *XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora*, (p. 10). Universidade Federal de Juiz de Fora.

RODRIGUES, M. (Jan/Abril de 2016). Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciências de Informação*, 14(1),

110-125.

Acedido

em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/pdf>

SABY, M.-M. (1995). Gérer les fonds patrimoniaux. *Bulletin des bibliothèques de France (BBF)*. Acedido em <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1995-02-0074-003>

SANTANA, S. (2015). *Guiné-Bissau: que políticas culturais?* Lisboa: ISCTE- Instituto Universitario de Lisboa.

SANE, S. (2000). Impacto do conflito político-militar sobre Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP. *Revista de Estudos Guineenses - Soronda*.

SANE, S. (Junho de 2000). O Impacto do conflito politico-militar sobre Instituto National de Estudos e Pesquisa. *Revista de Estudos Guineenese - Soronda*, 198-220.

SANTAYANA, G. (14 fevereiro 2005). *Reason in society: the life of reason* (vol. I). New York: Dover Publications, inc.

Secretariado do PAIGC. (Julho de 1977). A política Cultural na Guiné. *O Militante*, p. 21.

SENE, H. (1992). Les Bibliothèques en Afrique Occidentale Française, 1800-1959. *Libri*. 42(4), 306-329

STANGER, M. (s.d.). *Memória, Patrimônio e História: uma abordagem prática*. Acedido em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2513-8.pdf>

TREINEN, F. (1972). Raymond Mauny, Les siècles obscurs de l'Afrique Noire. *Journal de la Société des Africanistes*, pp. 235-236;.

UNESCO (1970). *Actes de la Conférence Générale - Seizième session*. Paris.

UNESCO (17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972). Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural E Natural. *A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2002). *Memória do Mundo: Diretrizes Para a Salvaguarda do Patrimônio Documental*. Acedido em <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>.

UNESCO (17 de Outubro de 2003). *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. Acedido em [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por):

UNESCO (2003). Textos base Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. *Convenção* (p. 99). Brasília: UNESCO.

UNESCO (10 de Novembro de 2011). Declaração Universal dos Arquivos, adotada pela 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO . Paris.

VANSINA , J. (2010). A tradição oral e sua metodologia. In J. KI-ZERBO, & J. KI-ZERBO (Ed.), *História Geral da África: Metodologia e pré-história da África* (2ª ed. ed., Vol. I, p. 194). Brasília, Brasil: UNESCO.

VARELA, B. (2011). *A Educação, O Conhecimento e a Cultura na Práxis de Libertação Nacional de Amílcar Cabral*. Acedido em: [https://www.academia.edu/1308254/A\\_educac%C3%A7%C3%A3o\\_o\\_conhecimento\\_e\\_a\\_cultura\\_na\\_pr%C3%A1xis\\_de\\_liberta%C3%A7%C3%A3o\\_nacional\\_de\\_Am%C3%ADlcar\\_Cabral](https://www.academia.edu/1308254/A_educac%C3%A7%C3%A3o_o_conhecimento_e_a_cultura_na_pr%C3%A1xis_de_liberta%C3%A7%C3%A3o_nacional_de_Am%C3%ADlcar_Cabral)